

BRUNA ESTEVÃO COSTA OLIVEIRA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

PROPOSIÇÕES DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA NA REFORMA  
UNIVERSITÁRIA DE 1968: ALGUNS ELEMENTOS

CURITIBA

2012

BRUNA ESTEVÃO COSTA OLIVEIRA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

PROPOSIÇÕES DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA NA REFORMA  
UNIVERSITÁRIA DE 1968: ALGUNS ELEMENTOS

Monografia apresentada à disciplina de  
Orientação Monográfica como requisito  
parcial à conclusão do Curso  
bacharelado e licenciatura em História,  
oferecido pelo Setor de Ciências  
Humanas, Letras e Artes da  
Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Joseli Maria Nunes Mendonça

Co-Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Nadia G. Gonçalves

CURITIBA

2012

*A meu pai.*

## AGRADECIMENTOS

Há tempos, penso nos nomes em que colocaria aqui e não consegui fazer uma delimitação, portanto, os que seguem, são pessoas que fizeram desses quatro anos e *meio*, os melhores possíveis para mim.

Agradeço à minha mãe, Rosivane, minha madrastra Áurea e minha irmã Thaisa, exclusivamente, por fazerem parte da minha vida. Ao meu pai, Norberto, dedico este trabalho e todas as futuras realizações e conquistas que pretendo ter.

À minha querida Professora Nadia, por ter me acompanhado desde o primeiro ano, ter sido paciente com os meus prazos *fora de prazos* e, acima de tudo, por ter acreditado em mim.

À Professora Joseli(nda), por ter “aflorado” a minha paixão pela História do Brasil; ao Professor Luiz Carlos Sereza, por ter sempre uma imensa bibliografia, ideias e uma memória impecável, quando precisamos, além de ter virado expressão entre nós – “Ah, pergunta pro Sereza, ele sabe!”; e ao Professor Ailton Lopes, que me fez pensar: “um dia (de preferência quando eu estiver bem rica, *porque todo mundo sabe* que história não dá dinheiro) eu quero fazer história e ser que nem esse cara!”.

À minha eterna amiga, Jacqueline, por estar ao meu lado em, absolutamente, *todos* os momentos em que precisei (e que ainda vou precisar); e também por ter me convencido a trocar de curso, uma semana antes das inscrições do vestibular. (seremos sempre *House e Wilson*).

Ao Rodrigo, por ter cuidado de mim por muito tempo, durante essa jornada, e por ainda cuidar, sempre *surreal e encantador*.

Às minhas queridíssimas amigas, Clarissa e Franciane, por todas as vezes que precisei rir, chorar, desabafar, falar bobagens e comer no mc'donalds e vocês estiveram comigo; Ao Eduardo, por ter feito vários dos meus trabalhos acadêmicos, me deixado desenhar em 90% das páginas do seu caderno, me aguentado reclamar e, mesmo assim, ter continuado *sempre* (literalmente) ao meu lado; à Ana Paula que, como sempre dizemos, “se a

gente tivesse se conhecido antes, nossa graduação teria sido mais alegre”; aos amigos que não vejo mais tanto quanto gostaria, mas que fizeram toda diferença para que esses anos fossem maravilhosos: Piri, Lex, Davi, Uelisson e Yuri.

Por último, ao Luís Fernando, que mesmo tendo entrado nessa minha jornada *aos 45 do segundo tempo*, me deixou imensamente feliz por, agora, fazer parte da minha vida.

Enfim, a conclusão desse trabalho não se deu exclusivamente devido ao Curso de História, mas sim, a todo o contexto que o envolveu e, cada um de vocês aqui citados (e alguns não citados) fizeram desses quatro anos *e meio*, os melhores possíveis para mim: Obrigada.

*Apesar de você  
Amanhã há de ser  
Outro dia  
Eu pergunto a você  
Onde vai se esconder  
Da enorme euforia  
Como vai proibir  
Quando o galo insistir  
Em cantar  
Água nova brotando  
E a gente se amando  
Sem parar*

(Chico Buarque)

## RESUMO

O trabalho proposto tem por objetivo identificar se e *como* as propostas da Escola Superior de Guerra (ESG), sistematizadas em seu Manual Básico, estão representadas na Reforma Universitária de 1968, consubstanciada na Lei 5.540/68. A Reforma Universitária foi intensamente discutida ao longo dos anos de 1960, tanto por estudantes quanto por professores. A necessidade de tal renovação no âmbito da educação superior era sentida e necessária a todos do meio acadêmico. Entretanto, tal reforma foi gestada e finalizada em um contexto autoritário, no qual a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento orientava fortemente as políticas então estabelecidas. Compreende-se aqui a importância da ESG como polo teorizador da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, que regeu o cenário político no período da ditadura civil-militar, além de Instituição formadora da maioria dos militares governantes do país. A educação, no sentido de contribuidora para o desenvolvimento nacional, foi alvo de especial atenção da Doutrina, que procurou adequá-la aos seus preceitos, buscando a formação de mão-de-obra na intenção de impulsionar o crescimento econômico e o desenvolvimento do país, além da clara tentativa da despolitização das universidades, retirando seu papel de espaço de discussões e formadora de opiniões. Como fontes, foram utilizados Decretos-Leis do período que contemplam o tema, além dos dois principais documentos, O Manual Básico da ESG e a Lei 5.540/68.

Palavras-chave: Reforma Universitária 1968; ESG; Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	9
<b>1. Regime Militar no Brasil: Início ao AI-5</b> .....	12
1.1.A política educacional no período .....	16
1.2.A Escola Superior de Guerra .....	19
<b>2. Reforma Universitária</b> .....	24
2.1 Antecedentes .....	24
2.2. Rumo à Reforma Universitária de 1968: os Relatórios .....	29
2.3.A Reforma Universitária de 1968 .....	34
<b>3. Proposições da Escola Superior de Guerra, presentes na Reforma Universitária de 1968.</b> .....	37
3.1.O Manual Básico da ESG .....	38
3.2.Doutrina, ESG e Reforma Universitária. ....	44
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	52
<b>FONTES</b> .....	54
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	54



## INTRODUÇÃO

Após o golpe militar de 1964, o Brasil teve sucessivos presidentes de formação militar, que buscaram colocar em prática os ideais da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, que regeu o cenário político brasileiro durante o Regime Militar.

A Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, elaborada no interior da ESG, atuou no sentido de estabelecer diretrizes que garantissem a segurança da nação e os Objetivos Nacionais, aqueles essenciais a nação e que buscam o bem comum<sup>1</sup>.

No âmbito do Ensino Superior, o período foi palco da Reforma Universitária, consubstanciada na Lei 5.540 de 1968 e que era reivindicada, tanto pelo setor acadêmico quanto pelo civil, desde início da década de 1960.

O objetivo do presente trabalho é identificar se e *como* as propostas da Escola Superior de Guerra, sistematizadas em seu Manual Básico, estão presentes na Reforma Universitária de 1968, levando em consideração o contexto de governo militar no qual a Reforma foi instituída e o papel da ESG na formação dos militares governantes e da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento como principal aporte teórico do Regime.

Para tanto, utiliza-se o conceito de representação, estabelecido por Roger Chartier, como norteador da pesquisa. Segundo Chartier, a compreensão através da representação se dá por meio de três modalidades:

(...) de início, o trabalho de classificação e de recorte que produz configurações intelectuais múltiplas pelas quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos que compõem uma sociedade; em seguida, as práticas que visam a fazer reconhecer uma identidade social, a exibir uma maneira própria de ser no mundo, a significar simbolicamente um estatuto e uma posição; enfim, as formas institucionalizadas e objetivadas em virtude das quais "representantes" (instâncias coletivas ou indivíduos singulares) marcam de modo visível e perpétuo a existência do grupo, da comunidade ou da classe.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> ESG. DEPARTAMENTO DE ESTUDOS. *Manual básico* – MB - 75. Rio de Janeiro: ESG, 1975. p. 35.

<sup>2</sup>CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Revista das revistas. Estudos Avançados*, vol. 5, nº11. São Paulo, 1991, p.183. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ea/v5n11/v5n11a10.pdf> (acesso em 30 de maio de 2012)

Entende-se, então, que a forma como um grupo da sociedade representa a realidade consiste no modo como ela é assimilada por esses indivíduos. Portanto, a educação está representada no Manual Básico da ESG conforme a realidade assimilada pela parcela da sociedade que a produziu – ou seja, os militares. Além disso, segundo Chartier “as representações não são discursos neutros: produzem estratégias e práticas tendentes a impor uma autoridade, uma deferência, e mesmo a legitimar escolhas”<sup>3</sup>, portanto, o conceito aplica-se também a ações do Regime que visaram legitimar seu governo e que serão abordadas nessa pesquisa.

O uso do termo ditadura civil-militar, adotado neste trabalho, está em acordo com novos estudos historiográficos, que levam em consideração a participação civil no período ditatorial brasileiro. De acordo com Nadia G. Gonçalves,

Por muitas décadas a expressão ditadura militar é que foi utilizada. Ela trazia a compreensão de responsabilidade quase que absoluta dos militares por todas as mazelas políticas, sociais e econômicas daquele contexto, desconsiderando a participação efetiva de civis, e mesmo a adesão – ou ao menos omissão e passividade – de grande parte da população brasileira a ideais, ideário e realizações dos governos militares do período<sup>4</sup>

As principais fontes utilizadas foram o Manual Básico da Escola Superior de Guerra, de 1975, no qual está contido o pensamento teórico da ESG, e a Lei 5.540 de 28 de novembro de 1968, que instituiu a Reforma Universitária. O Manual está dividido nos seguintes capítulos: Política Nacional; Expressões do Poder Nacional; Segurança Nacional; Teoria dos Conflitos; Desenvolvimento Nacional; Realidades Contemporâneas; Informações Nacionais; Logística e Mobilização Nacionais; Planejamento Nacional; e cada capítulo possui suas seções. Foi dada ênfase, ao analisar o Manual, ao que se refere ao campo psicossocial, no qual a Educação se encontra. Além dessas duas principais

---

<sup>3</sup> CHARTIER, 2002, p.17.

<sup>4</sup> GONÇALVES, N. G. A Escola Superior de Guerra e a Lei 5692/71: educação e a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento. In: *VI Congresso Brasileiro de História da Educação, 2011, Vitória - ES. Anais do VI Congresso Brasileiro de História da Educação*. Vitória - ES : UFES, 2011. v. 1. p. 1-15. Disponível em [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300650153\\_ARQUIVO\\_textoanpuh2011ng.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300650153_ARQUIVO_textoanpuh2011ng.pdf) (acesso em 25 de junho de 2012)

fontes, outros Decretos-leis do período foram utilizados para a composição da análise.

O presente estudo estrutura-se em três capítulos. No primeiro, intitulado “Regime Militar no Brasil: início ao AI-5”, a intenção foi contextualizar o recorte historiográfico trabalhado, apresentar o âmbito educacional do período, além da formação e finalidades da ESG. O segundo capítulo, “A Reforma Universitária”, consiste no estudo da mesma, apresentando seus antecedentes, os relatórios que foram elaborados a pedido do governo para a sua constituição, além de buscar entender quais os elementos eram reivindicados e quais foram atendidos com a Reforma. O terceiro e último capítulo, “Proposições da Escola Superior de Guerra presentes na Reforma Universitária de 1968”, faz a relação dos elementos estudados nos capítulos anteriores, buscando identificar como a educação está representada no Manual Básico da ESG e de que maneira esses elementos estão presentes na Reforma Universitária.

## 1. Regime Militar no Brasil: Início ao AI-5

O Regime Militar brasileiro teve início em 1964, através de um movimento, composto por civis e militares<sup>5</sup>, que culminou em um golpe de Estado depondo o então presidente, Jânio Quadros. Segundo José Willington Germano,

(...)a inflação galopante (1960:30,5%, 1961:47,7%, 1962:51,3%, 1963:81,3%), a revolta dos sargentos em setembro de 1963, em Brasília, considerada como quebra de hierarquia, o anticomunismo, o combate acirrado à reforma agrária, a incorporação da Ideologia da Segurança Nacional – cujos ‘objetivos nacionais permanentes’ justificam a usurpação do poder em seu nome – , a busca de aliados fardados por parte das classes dirigentes etc., tudo isso culminou com a intervenção militar de março de 1964<sup>6</sup>

Segundo Boris Fausto, “o movimento de 31 de março de 1964 tinha sido lançado, aparentemente, para livrar o país da corrupção e do comunismo e para restaurar a democracia”<sup>7</sup>. Para manter a aparência democrática, “o Congresso não foi fechado definitivamente (embora tenha sido mutilado) e o Judiciário continuou a funcionar, ainda que como apêndice do Executivo”<sup>8</sup>.

Medidas autoritárias são uma constante na história do Brasil, segundo Germano, “na verdade, a denominada ‘Revolução de 1964’ se constituiu, pois, numa restauração da dominação burguesa, confirmando-se aquilo que tem sido uma constante na nossa história política: continuidade, restaurações, intervenções cesaristas, transformismo, exclusão das massas populares, autoritarismo”<sup>9</sup>.

---

<sup>5</sup> A esse respeito, Carlos Fico aponta que “se a preparação do golpe foi de fato “civil-militar”, no golpe, propriamente, sobressaiu o papel dos militares (...)sucessivas levas de militares passaram a ocupar cargos em importantes agências governamentais” In: FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História.*, 2004, vol.24, no.47, p. 52. Ainda de acordo com Maria Ribeiro do Valle, “o golpe militar de 1964 conta com o apoio praticamente unânime das camadas dominantes e de setores da classe média que visam à contenção das pressões exercidas pelos trabalhadores” In: DO VALLE, Maria Ribeiro. *1968 O diálogo é a violência: Movimento estudantil e Ditadura Militar.* São Paulo: Unicamp, 2008, p.31.

<sup>6</sup> GERMANO, José Willington. *Estado Militar e Educação no Brasil (1964 – 1985)*. São Paulo: Cortez, 1994, p. 51. Além desses fatores, o contexto político brasileiro contribuía para a formação do movimento interventor. Segundo Germano, “greves, mobilizações, assembléias, crescimento das organizações sindicais, surgimento das Ligas Camponesas e dos Sindicatos Rurais” (In: GERMANO, 1994, p. 50) faziam parte desse cenário.

<sup>7</sup> FAUSTO, Bóris. *História Concisa do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2006.p. 257.

<sup>8</sup> GERMANO, 1994, p. 55.

<sup>9</sup> *Idem*, p. 53.

Através dos chamados Atos Institucionais (AI), o governo militar buscou fortalecer o Poder Executivo, de modo que os demais poderes (Judiciário e Legislativo) ficassem submetidos a ele.

[...] os poderes do Legislativo foram transferidos, em grande parte, para o Executivo, que ganha autonomia e liberta-se de controles sociais e políticos. [...] as funções afetas ao Legislativo foram absorvidas pelo Executivo, que passou a exercer a parte ativa, relegando a um Congresso “decapitado” um papel passivo subordinado: aprovar ou rejeitar as iniciativas do Executivo nos prazos que o próprio Executivo estabelecia”<sup>10</sup>

O primeiro Ato Institucional (AI-1), promulgado em 9 de abril de 1964, legitimava a intenção do novo regime em fortalecer o poder Executivo, de maneira que reduzia o campo de ação do Congresso e limitava à competência do Presidente da República importantes decisões.

O AI-1 assegurava ao Presidente da república: a) o poder de introduzir emendas na Constituição; b) a exclusividade para legislar no campo financeiro ou orçamentário; c) o poder de decretar Estado de Sítio. (...)Competia ao Congresso: a) debater as emendas constitucionais, oriundas do Executivo, no limite de 30 dias (posteriormente 40), podendo recusá-las desde que fosse obtida a maioria absoluta; b) apreciar (já que se trata de uma prerrogativa transferida do Legislativo para o Executivo), aprovando ou rejeitando, a decretação do Estado de Sítio, porém, tão-somente no que diz respeito ao período de vigência.<sup>11</sup>

O AI-2 procurou reforçar ainda mais os poderes atribuídos ao Executivo, além de “dar prosseguimento à eliminação das Antigas estruturas de Estado para a construção de novas”<sup>12</sup>. Assinado pelo então presidente General Castelo Branco, em 17 de outubro de 1965, tal medida “estabeleceu em definitivo que a eleição para presidente e vice-presidente da República seria realizada pela maioria absoluta do Congresso Nacional, em sessão pública e votação nominal”<sup>13</sup>. Para Maria Helena Moreira Alves, “o Ato Institucional Nº2 habilitava o Estado a manobrar de diversas maneiras. (...) capacitava o Aparato Repressivo a concluir a operação de “limpeza”<sup>14</sup> (...) intentada por Castelo

---

<sup>10</sup> *Idem*, p.57.

<sup>11</sup> *Idem*.

<sup>12</sup> ALVES, Maria H.M. *Estado e oposição no Brasil* (1964-1984). Petrópolis-RJ : Vozes, 1984, p. 95.

<sup>13</sup> FAUSTO, 2002, p. 474.

<sup>14</sup> A autora se refere à política intitulada “Operação Limpeza”, implantada ainda de 1964 e retomada com o AI-2, que fornecia base para as ações. Essa “operação” consiste, segundo Carlos Fico, em “prisões, cassações de mandatos e suspensões de direitos políticos dos

Branco em 1965”<sup>15</sup>. Entretanto, a medida mais importante e que começa a dar forma à política autoritária do Regime Militar brasileiro, contida no AI-2, é a extinção dos partidos políticos existentes até então.

Desse modo, deixaram de existir os partidos criados no fim do Estado Novo que, bem ou mal, exprimiam diferentes correntes da opinião pública. A legislação partidária forçou na prática a organização de apenas dois partidos: a Aliança Renovadora Nacional (Arena), que agrupava os partidários do governo, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que reunia a oposição. A maior parte dos políticos que se filiaram à Arena tinha pertencido à UDN<sup>16</sup> e em número quase igual ao PSD<sup>17</sup>; o MDB<sup>18</sup> foi formado por figuras do PTB<sup>19</sup>, vindo a seguir o PSD<sup>20, 21</sup>.

O Ato Institucional que mais expressou o nível autoritário<sup>22</sup> do Regime Militar foi o Nº5, assinado em 13 de dezembro de 1968. Manifestações populares contra o Regime fizeram-se presente durante todo o decorrer daquele ano.

A morte do estudante Edson Luís, no dia 28 de março de 1968, “durante o choque da Polícia Militar com os estudantes do restaurante Calabouço que participam de mais uma das manifestações da Frente Unida dos Estudantes do Calabouço (FUEC) contra o aumento do preço da refeição, que consideram abusivo, e pela melhoria e conclusão das obras do restaurante”<sup>23</sup> foi um catalisador da “indignação popular reprimida e resultou em demonstrações de massa que assumiram proporções de verdadeira rebelião social”<sup>24</sup>. Para Zuenir Ventura, jornalista e ativista durante o Regime Militar, a morte de Edson Luís:

Pode-se dizer que tudo começou ali – se é que se pode determinar o começo ou o fim de algum processo histórico. De qualquer maneira,

---

inimigos”, além de “um grupo de oficiais-superiores foi designado para presidir os inquéritos policiais militares (IPM) que conduziam às punições mencionadas”. In: FICO, Carlos. “*Prezada Censura*”: *Cartas ao Regime Militar*, 2002, p.3. Disponível em:

[http://www.ifcs.ufrj.br/~ppghis/pdf/fico\\_prezada\\_censura.pdf](http://www.ifcs.ufrj.br/~ppghis/pdf/fico_prezada_censura.pdf) (acesso em 20 de junho de 2012)

<sup>15</sup> ALVES, 1984, p. 94.

<sup>16</sup> União Democrática Nacional.

<sup>17</sup> Partido Social Democrático.

<sup>18</sup> Movimento Democrático Brasileiro

<sup>19</sup> Partido Trabalhista Brasileiro.

<sup>20</sup> Partido Social Democrático.

<sup>21</sup> FAUSTO, 2002, p.474-5.

<sup>22</sup> Segundo Fausto, “embora o poder real se deslocasse para outras esferas e os princípios básicos da democracia fossem violados, o regime quase nunca assumiu expressamente sua feição autoritária. Exceto por pequenos períodos de tempo, o Congresso continuou funcionando e as normas que atingiam os direitos dos cidadãos foram apresentadas como temporárias”. In: *Idem*, p. 466.

<sup>23</sup> VALLE, 2008, p. 40.

<sup>24</sup> ALVES, 1984, p.117.

foi o primeiro incidente que sensibilizou a opinião pública para a luta estudantil. Como cingidamente lembrava a direita, 'era o cadáver que faltava'<sup>25</sup>

Em junho de 1968, o Regime assistiu, pacificamente, a um protesto que reuniu cerca de cem mil cidadãos brasileiros, nas ruas do Rio de Janeiro:

Convocando a população a participar da passeata por meio de "comícios relâmpagos", os estudantes recebem a declaração de solidariedade de vários setores da sociedade civil – mães de alunos, artistas, professores, jornalistas, servidores, populares, advogados pela OAB, clero – , alguns deles confirmando presença em manifestos dirigidos ao povo brasileiro e divulgados pela imprensa. (...) Parte dos "empresários da Guanabara" pede ao governador a presença de tropas federais para garantir a segurança na cidade. Gama e Silva, por sua vez, "aconselha" Negrão de Lima a permitir a realização do ato público. A manifestação é finalmente autorizada e a polícia permanece nos quartéis<sup>26</sup>

Uma Comissão de negociação foi formada por indivíduos manifestantes. Segundo Alves, "tratava-se de uma comissão de negociação representando as classes médias, àquela altura em aberta oposição aos militares no poder e enfrentando a polícia nas ruas (...) o Estado de Segurança Nacional ficou mais isolado da sociedade civil; começava a fechar-se o círculo do poder"<sup>27</sup>

Com o decreto do Ato Institucional nº5, a ditadura civil-militar brasileira atinge sua fase mais repressora e violenta. O Estado atinge o grau máximo de autonomia, no que diz respeito ao seu aparato repressivo e às Forças Armadas<sup>28</sup>

O AI-5 não teve a sua ação limitada no tempo<sup>29</sup>; ele se tornou permanente, duradouro, como se fosse uma espada de Dâmocles a pairar sobre os setores oposicionistas da sociedade civil. Em tal contexto, todas as pessoas foram transformadas em inimigos potenciais do Estado. [...] As forças repressivas passaram a atuar sem nenhum controle, abrindo o caminho para a instauração do terror do Estado: prisões arbitrárias, torturas e assassinatos de presos políticos faziam parte da cena brasileira da época. Ao lado disso, foi instituída a censura à imprensa, à educação e à cultura<sup>30</sup>

---

<sup>25</sup> VENTURA, Zuenir. *1968: o ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988, p. 105.

<sup>26</sup> VALLE, 2008, p. 123.

<sup>27</sup> ALVES, 1984, p. 119.

<sup>28</sup> GERMANO, 1994, p.66.

<sup>29</sup> Os demais Atos Institucionais tiveram estabelecidos, em sua promulgação, o prazo de vigência.

<sup>30</sup> GERMANO, 1994, p.66.

Ao longo dos anos do Regime Militar brasileiro (1964 – 1984), muitas foram as manifestações em oposição ao governo e a repressão desenvolvida por ele. Entretanto, não se pode desconsiderar o significativo crescimento econômico do período e o otimismo em relação ao país, ocasionado por ele e outras conquistas brasileiras.

Estes [segmentos da sociedade] acreditavam – tal como dizia o slogan ufanista da agência de propaganda do governo – que o Brasil era, de fato, “o país do futuro”. E o futuro parecia estar cada vez mais ao alcance das mãos. As vitórias na área do esporte; as estradas e pontes se multiplicando, integrando as diversas regiões do país; o país que agora também via e era visto pelo mundo inteiro a partir de um moderno sistema de comunicações. Tudo isso colaborava para o fortalecimento de uma imagem positiva do Brasil, criando uma atmosfera de entusiasmo, refletida nas campanhas publicitárias oficiais, as quais insistiam que “este é um país que vai pra frente” e que “ninguém segura este país”<sup>31</sup>

### 1.1. A política educacional no período

Após o movimento de 1964, que culminou no golpe de Estado e instituiu o governo militar no Brasil, a intenção por parte dos governantes passa a ser a restauração da ordem e o controle de meios que possam vir a desestabilizá-la.

(...) trata-se de grupos que têm a função de “domínio” e não “direção”, o que se traduz, portanto, num regime político em que a função de “domínio” (coerção-repressão) se sobrepõe enormemente à função de “direção” (cultural-intelectual) ou de hegemonia<sup>32</sup>

Entretanto, o apoio civil é fundamental na manutenção do regime. Nesse contexto, meios de adesão são fabricados, intencionando a obtenção de tal apoio.

A disseminação intermitente da ideia-força de “Brasil-potência”, a divulgação de slogans como “Brasil: ame-o ou deixe-o”, ou “este é um país que vai pra frente”, constituíram-se em elementos catalisadores da obtenção, ainda que de forma “passiva” e eventual, do consenso. Foi o que ocorreu, por exemplo, durante o “milagre” sobretudo em períodos fugazes como a conquista da Copa do Mundo de futebol pelo Brasil, em 1970. A nosso ver, a estratégia de hegemonia adotada pelo Regime Militar envolve o uso dos meios de comunicação de massa, notadamente da televisão, com destaque

---

<sup>31</sup> CORDEIRO, Janaína Martins. *Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici*. Estudos Históricos, v. 22, nº 43, p. 85-104, 2009, p. 86.

<sup>32</sup> GERMANO, 1994, p. 102.



para a TV-Globo. Inclui igualmente as políticas sociais, entre as quais a política educacional<sup>33</sup>

No âmbito educacional, duas importantes reformas foram gestadas nesse período: A Reforma do Ensino Superior de 1968 e a Reforma do Ensino Primário e Médio, em 1971. Nota-se uma atenção em relação à educação por parte do governo, entretanto, “apesar da constante valorização da educação escolar, no nível do discurso, o Estado esbarra, em primeiro lugar, num limite de ordem material: a escassez de verbas para a educação pública”<sup>34</sup>. Encaixando-se na economia capitalista, o objetivo do Estado Militar se baseava na acumulação de capital, portanto, seus recursos eram aplicados em setores diretamente vinculados a esse acúmulo, apontando assim, para uma privatização do ensino<sup>35</sup>.

O objetivo de direção e restauração da ordem, por parte do governo, estava presente também e, principalmente, nos âmbitos educacionais, tendo em vista que escolas e universidades foram e são meios privilegiados de disseminação de ideias. Segundo Vania Regina Boschetti:

A ideia de um país desenvolvido e modernizado no contexto da economia transnacionalizada, estava presente no discurso dos dirigentes, e, distinguiu a universidade como caminho obrigatório, pois enquanto espaço formador dos grupos de poder e prestígio, deveria, juntamente com outras instituições sociais redefinir bases e valores.

Em junho de 1964, ao tomar posse como primeiro presidente após o golpe de março, Castelo Branco que governou até 1967, indicava a direção que iria tomar a educação sob o regime militar: “..o objetivo do meu governo é reestabelecer a ordem e a tranquilidade entre estudantes, operários e militantes”<sup>36</sup>

Para José W. Germano, a política educacional no período do Regime Militar se desenvolveu em torno de quatro eixos essenciais:

1) Controle político e ideológico da educação escolar, em todos os níveis (...); 2) Estabelecimento de uma relação direta e imediata, segundo a “teoria do capital humano”<sup>37</sup>, entre educação e produção

---

<sup>33</sup> *Idem*, p.103.

<sup>34</sup> *Idem*, p. 104.

<sup>35</sup> GERMANO, 1994.

<sup>36</sup> LOPEZ, 1987, *apud* BOSCHETTI, Vânia R. *Plano Atcon e comissão Meira Mattos: construção do ideário da universidade pós-64*. Revista HISTERDBR On-line, Campinas, n. 27, p. 221-229, set. 2007, p. 222.

<sup>37</sup> O autor aponta, nesse sentido, para uma “relação direta, imediata e mesmo de subordinação da educação à produção”. *In*: GERMANO, 1994, p. 105.

capitalista (...); 3) Incentivo à pesquisa vinculada a acumulação de capital. 4) Descomprometimento com o financeiro da educação pública e gratuita (...)<sup>38</sup>.

O controle político e ideológico era necessário, na visão do governo, devido ao fato já mencionado das escolas e universidades representarem centro de formação de opiniões. Entretanto, as constantes manifestações de alunos e professores evidenciam a perda do controle governamental, em relação a essas instituições, que acontece “sobretudo, em conjunturas em que as forças oposicionistas conseguem ampliar o seu espaço de atuação política. Daí os elementos de ‘restauração’ e de ‘renovação’ contidos nas reformas educacionais”<sup>39</sup>

As represálias ao movimento estudantil e a alunos e professores contrários a ordem vigente foram intensas e constantes. Ainda em 1964, um dia após o golpe militar, a sede da UNE (União Nacional dos Estudantes) foi invadida e destruída no Rio de Janeiro. Além disso, “em novembro do mesmo ano, a chamada Lei Suplicy – trata-se de uma referência a Flávio Suplicy de Lacerda, Ministro de Educação e Cultura – coloca a UNE e as Uniões Estaduais de Estudantes (UEEs) na ilegalidade e cria novos órgãos de representação estudantil atrelados às autoridades governamentais”<sup>40</sup>. Mesmo na ilegalidade, a UNE continuou atuando, desenvolvendo seminários secretos por todo o país.

Houve represálias e invasões a diversas Universidades durante o regime. A UnB teve seu espaço tomado por tropas militares três vezes ao longo do regime, a primeira ocorreu logo após o golpe, em 1964. Além da invasão, reitores foram substituídos, professores demitidos e alunos espancados.

O *campus* desta universidade é invadido em uma operação conjunta das forças de repressão: Polícia Militar, DOPS, Polícia Federal, SNI e Polícia do Exército. Dizendo estar em busca de estudantes que têm a prisão preventiva decretada (...), os invasores arrombam salas de aula, espancam alunos, professores, deputados que se dirigem ao local à procura de seus filhos e tentam bater até em um major do Exército que estuda na universidade. Diante de tamanha violência, um estudante enlouquece e outro é atingido por um tiro disparado pela polícia, ficando entre a vida e a morte. A universidade é

---

<sup>38</sup>GERMANO, 1994, p. 106.

<sup>39</sup>*Idem*, p. 105.

<sup>40</sup>*Idem*, p. 11.

transformada em “praça de guerra” e as salas de aula em “cidadelas inimigas”<sup>41</sup>

Outros episódios de retaliações marcaram esse contexto. A USP teve seus espaços invadidos também, além da formação de uma Comissão especial dentro da universidade, para investigar indivíduos “subversivos”. Reitores de diversas universidades foram substituídos por outros temporários, nomeados pelo CFE ( Conselho Federal de Educação)<sup>42</sup>.

Em fevereiro de 1969, entra em vigor o Decreto-lei 477 que “estende a aplicação do AI-5 para o âmbito das universidades, banindo com isso o protesto estudantil”<sup>43</sup>, além de definir “infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá[r] outras providências”<sup>44</sup>.

## 1.2. A Escola Superior de Guerra

Após a experiência da II Guerra Mundial, muitos países viram necessidade de criação de espaços, destinados à elaboração de planejamentos contra inimigos externos.

O período imediatamente posterior à II Grande Guerra demonstrara desde logo que os anseios de uma nova ordem, capaz de conduzir a Humanidade a entendimentos mais sólido e duradouro, se faziam acompanhar, para as Nações, de um aguçado sentido de autopreservação<sup>45</sup>

Nesse contexto, escolas, com intuito de preparar militares e civis para tal função, são criadas em diversas nações. Na França, o *Institute de Hautes Études de lá Défense Nationale* é formado antes mesmo da II Guerra, em 1936.

---

<sup>41</sup> VALLE, 2008, p. 170.

<sup>42</sup> GERMANO, 1994.

<sup>43</sup> *Idem*, p.116-7.

<sup>44</sup> BRASIL. Decreto-lei 477 de 26 de fevereiro de 1969. *Define infrações disciplinares praticadas por professôres, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências.*

<sup>45</sup> GURGEL, José Alfredo Amaral. *Segurança e Democracia*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1975, p. 27.

A Escola Superior de Guerra brasileira<sup>46</sup> foi criada em 1949, através da Lei 785/49, sob os moldes da escola norte americana *National War College* e estava subordinada diretamente ao Chefe do Estado Maior das Forças Armadas. Segundo o historiador Francisco César Alves Ferraz, o modelo americano havia sido criado há pouco tempo, em 1946, para “ministrar cursos para oficiais, incluindo operações conjuntas de Estado-Maior, política externa, estratégia e planejamento do potencial nacional”<sup>47</sup>

O modelo brasileiro foi elaborado e executado em pouco tempo:

O estabelecimento já possuía nome e existência legal. Era a Escola Superior de Guerra (ESG), regulamentada (...) através do Decreto N° 25.705, de 22 de outubro de 1948. Pelo artigo 1º do Decreto, a Escola deveria ser responsável pelo curso de Alto Comando das Forças Armadas, reunindo o oficialato superior do Exército, Marinha e Aeronáutica. Os artigos seguintes incumbiam o Estado-Maior Geral (depois Estado-Maior das Forças Armadas) de organizar a ESG e submeter à Presidência da República o Regulamento da Escola, num prazo de 120 dias. (FERRAZ, 1997, p. 22).

Na elaboração do Regulamento da ESG, estavam presentes oficiais de alta patente do Exército Brasileiro como, por exemplo, o Comandante da Artilharia da Força Expedicionária Brasileira, Osvaldo Cordeiro de Farias; o Chefe do Estado-Maior do Exército, general Salvado César Obino, além de outros oficiais como Golbery do Couto e Silva – que, mais tarde, viria a criar um importante órgão, dentro dos preceitos da ESG, o Serviço Nacional de Informação – , os irmãos Orlando e Ernesto Geisel e Jurandir Mamede<sup>48</sup>.

A finalidade da Escola Superior de Guerra seria a de elaborar planejamentos para a Segurança Nacional<sup>49</sup>. Segundo a Lei de criação da ESG,

---

<sup>46</sup> A esse respeito, o General Cordeiro Farias, um dos oficiais responsáveis pelo Regulamento da ESG, afirma que “o impacto da FEB foi tal que voltamos ao Brasil [em visita aos EUA] procurando por modelos de governo que funcionassem: ordem, planejamento, finanças racionais. Nós não encontramos este modelo no Brasil naquele estágio, mas decidimos procurar meios para encontrar o caminho no longo prazo. A ESG era um meio para isto e a ESG brotou da experiência da FEB”. *In*: FARIAS, 1972 *apud* GURGEL, 1978, p. 30.

<sup>47</sup> FERRAZ, Francisco C. A. . *À Sombra dos Carvalhos: Escola Superior de Guerra e Política (1948/1955)*. 1. ed. Londrina: Editora da UEL, 1999, p.22.

<sup>48</sup> *Idem*.

<sup>49</sup> A esse respeito, o General Cordeiro Farias, “ressaltava que a Segurança Nacional somente adviria de uma colaboração mútua entre civis e militares”: (*In*: FERRAZ, 1997, p. 27), objetivo esse que faria parte da metodologia da ESG.

**Art 1º** [A Escola Superior de Guerra, Instituto de Altos Estudos seria] destinado a desenvolver e consolidar os conhecimentos necessários para o exercício das funções de direção e para o planejamento da segurança nacional<sup>50</sup>

Entretanto, de acordo com Fábio Antunes Vieira e Márcia Pereira da Silva<sup>51</sup>, a ESG teria também a finalidade de interpretar fatores nacionais<sup>52</sup>:

(...) tendo em vista a ampliação das hostilidades entre os EUA e a União Soviética em meio à Guerra Fria, a ESG passou a empreender um método de análise e interpretação dos fatores políticos, econômicos, diplomáticos e militares que, estrategicamente, terminou por vincular a questão da segurança nacional ao desenvolvimento do país<sup>53</sup>

Ainda de acordo com os autores, a Segurança nacional necessitava de um alto grau de desenvolvimento econômico, com o qual o contexto brasileiro da época não contava. Logo, “os militares brasileiros vinculados à ESG, comprometidos com a idéia de defesa do mundo livre preconizada pelos Estados Unidos em meio à Guerra Fria, iniciaram um planejamento que julgavam adequado a tal propósito”<sup>54</sup>. Foi organizada então a chamada Estratégia Nacional que, segundo Golbery do Couto e Silva, “veio a ser, afinal, toda a Política de Segurança Nacional”<sup>55</sup>

No âmbito metodológico, a ESG não se limitou ao ensinamento somente aos militares:

A ESG deveria ser, então, o meio aglutinador das elites militares e civis para o desenvolvimento de um novo método de trabalho, afeito à conjugação de esforços, e “criar um ambiente de compreensão entre os grupos nacionais e uma doutrina que promova o desenvolvimento

---

<sup>50</sup>BRASIL. Lei 785, de 20 de agosto de 1949. *Cria a Escola Superior de Guerra e dá outras providências.*

<sup>51</sup> Autores do artigo “1964: Exército e Desenvolvimento Nacional”. In: SILVA, Márcia Pereira, VIEIRA, Fábio Antunes. *1964: Exército e Desenvolvimento Nacional*. Revista Desenvolvimento Social. Montes Claros, v.1, n.1, jan/jun 2008. In: [http://www.ccsa.unimontes.br/ppgds/images/stories/revista\\_1/artigo\\_03.pdf](http://www.ccsa.unimontes.br/ppgds/images/stories/revista_1/artigo_03.pdf)

<sup>52</sup> Segundo José Alfredo Amaral Gurgel, autor da obra *Segurança e Democracia* (1978), na qual justifica e defende o golpe militar de 1964 além de apresentar razões para a criação da Doutrina de Segurança Nacional, a ESG seria um centro de pesquisa e não estaria acima dos órgãos nacionais. As análises dos fatores nacionais feitas pela ESG eram acessíveis aos órgãos responsáveis pela direção do país, para que usassem ou não as propostas realizadas pela Escola. In: GURGEL, 1978.

<sup>53</sup> SILVA, VIEIRA, 2008, p. 2.

<sup>54</sup> *Idem.*

<sup>55</sup> *Idem*, p.157.

do potencial nacional, mediante a aplicação coordenada daquele método, por todos os órgãos responsáveis, civis e militares”<sup>56</sup>

Em relação ao recrutamento, Ferraz apresenta que:

No caso dos civis, a tendência era recrutar os pertencentes à administração pública, que seriam indicados pelos ministérios, universidades, bancos, fundações, etc. Tanto civis quanto militares deveriam possuir idade mínima de 35 anos e nível universitário, o que tornava mais viável uma homogeneização técnica e política entre conferencistas e estagiários, evitando-se assim pessoas que poderiam desfavorecer a “camaradagem fácil” idealizada pelas lideranças da Escola, como por exemplo, lideranças das classes trabalhadoras<sup>57</sup>

De modo a estender os ensinamentos e manter o contato entre ex-alunos da ESG, foi criada em 1951 a Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra que, “diferentemente de uma mera associação de ex-alunos, a ADESG é um prolongamento da ESG em todo o Brasil, possuindo inclusive critérios semelhantes de recrutamento”<sup>58</sup>

Além da metodologia diferenciada, a ESG foi o pólo teorizador de uma importante doutrina na qual o Regime Militar apoiou-se, a da Segurança Nacional e Desenvolvimento.

A necessidade da auto-proteção no pós-guerra, vista por vários países, resultou na formação de centros de altos estudos, destinados a constituição de análises e soluções para a manutenção da Segurança Nacional. No contexto da Escola Superior de Guerra há a formulação da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento. Segundo Alves,

A Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento foi formulada pela ESG, em colaboração com o IPES<sup>59</sup> e o IBAD<sup>60</sup>, num período de 25 anos. Trata-se de abrangente corpo teórico constituído (...) de diretrizes para a infiltração, coleta de informações e planejamento político-econômico de programas governamentais. Permite o estabelecimento e avaliação dos componentes estruturais do Estado e fornece elementos para o desenvolvimento de metas e planejamento administrativo periódicos<sup>61</sup>

---

<sup>56</sup> SARDENBERG, 1987, p.10-1 *apud* FERRAZ, 1997, p. 29.

<sup>57</sup> FERRAZ, 1977, p. 30.

<sup>58</sup> *Idem*, p. 32.

<sup>59</sup> Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais.

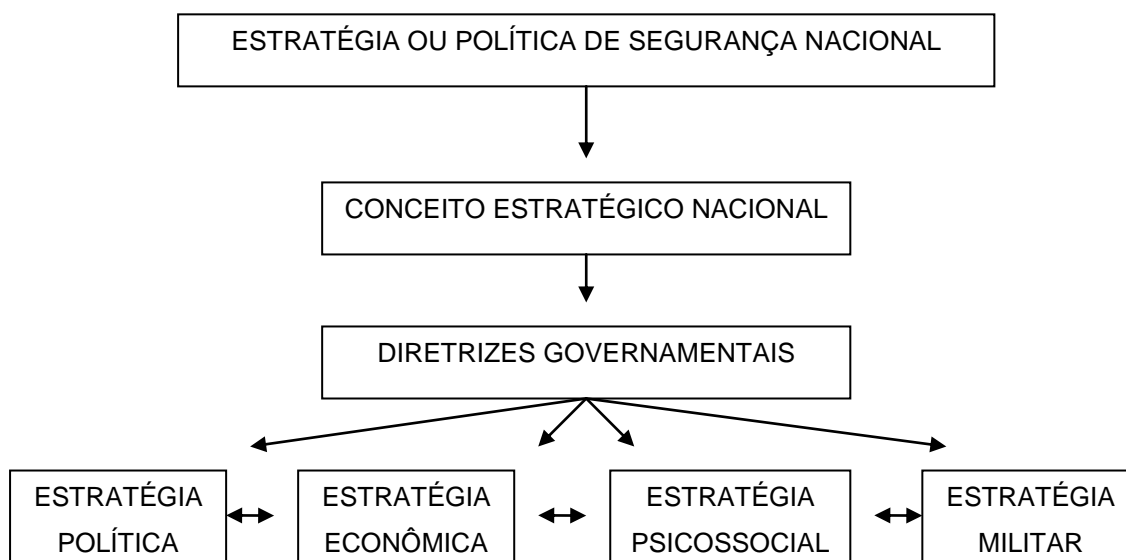
<sup>60</sup> Instituto Brasileiro de Ação Democrática.

<sup>61</sup> ALVES, 1984, p.35.

Dentro da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento estariam aglutinados então, todos os fatores que levariam a manutenção da segurança da nação, contra os fatores externos, que fossem considerados ameaça.

Temos assim, na cúpula da Segurança Nacional, uma Estratégia, por muitos denominada Grande Estratégia ou Estratégia Geral, arte da competência exclusiva do governo e que coordena, dentro de um Conceito Estratégico fundamental, todas as atividades políticas, econômicas, psicossociais e militares que visam concorrentemente à consecução dos objetivos nos quais se consubstanciam as aspirações nacionais de unidade, de segurança e de prosperidade crescente<sup>62</sup>

Tais conceitos estão mais bem exemplificados no modelo explicativo<sup>63</sup> proposto pelo General Golbery do Couto e Silva:



A partir de 1964, com os militares no poder e a maioria deles advindos da ESG, as propostas da Escola são mais utilizadas que nos períodos anteriores, mais que isso, as diretrizes da ESG consolidam-se por meio das políticas destes governos. Esta pesquisa assume então como pressuposto que o pensamento fomentado na ESG perpassa todo o panorama nacional, inclusive a educação que, como será visto, era considerada importante elemento, componente da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento.

<sup>62</sup> *Idem*, p. 41.

<sup>63</sup> SILVA 1981 *apud* GONÇALVES, 2011, p.3.

## 2. Reforma Universitária

### 2.1. Antecedentes

Apesar de inúmeros dispositivos legais que alteraram o ensino superior durante a Primeira República, a Universidade no Brasil foi resultado da junção de cursos profissionalizantes – muitos dos quais criados por D. João VI – numa única instituição denominada Universidade. Fávero aponta que somente a partir de 1915, com a Reforma Carlos Maximiliano, é disposto em artigo sobre a instituição da universidade:

Art. 6º: O Governo Federal, quando achar oportuno, reunirá em universidade as Escolas, Politécnica e de Medicina do Rio de Janeiro, incorporando a elas uma das Faculdades Livres de Direito, dispensando-a da taxa de fiscalização e dando-lhe gratuitamente edifício para funcionar<sup>64</sup>.

Em 1920, o Presidente Epitácio Pessoa institui a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), criada a partir da junção da Escola Politécnica, Escola de Medicina e a Faculdade de Direito. Entretanto, as escolas continuaram atuando de maneira isolada, sem integração entre elas:

Reunidas aquelas três unidades de caráter profissional, foi-lhes assegurada autonomia didática e administrativa. Desse modo, a primeira universidade oficial é criada, resultando da justaposição de três escolas tradicionais, sem maior integração entre elas e cada uma conservando suas características<sup>65</sup>.

A respeito dos objetivos da universidade, Fávero aponta que as posições defendidas eram as de desenvolver a pesquisa científica e formar profissionais<sup>66</sup>.

A partir de 1930, esboça-se um novo horizonte para a constituição das universidades no país. São elaborados estatutos que dispõem a respeito das Instituições, entre eles o “Estatuto das Universidades Brasileiras (Decreto-lei nº 19.851/31), a organização da Universidade do Rio de Janeiro (Decreto-lei nº

---

<sup>64</sup> BRASIL, 1915 *apud* FÁVERO, Maria L. A. A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. *Educar em Revista*, Curitiba, n.28, jul/dez.2006, p. 21.

<sup>65</sup> FÁVERO, 2006, p.22.

<sup>66</sup> *Idem*.



19.852/31) e a criação do Conselho Nacional de Educação (Decreto-lei nº 19.850/31)”<sup>67</sup>

Em 1931, o Ministro da Justiça Francisco Campos elabora a reforma do ensino secundário e, a partir desta data, empenha-se em implementar também, reformas de ensino superior e comercial, de modo centralizador:

À reforma educacional implementada por Francisco Campos é creditado o mérito de, pela primeira vez, ser colocada em prática no sistema educacional brasileiro uma estrutura orgânica ao ensino secundário, comercial e superior, que foi imposta a todo o sistema educacional do país, dando início à ação objetiva do Estado na Educação<sup>68</sup>

No contexto do ensino superior, o Ministro acreditava que “sua finalidade [da universidade] transcende o exclusivo propósito do ensino, envolvendo preocupações de pura ciência e de cultura desinteressada”<sup>69</sup>. Nesse período, temos a criação de duas instituições universitárias cuja preocupação “com o desenvolvimento da pesquisa e dos altos estudos é central”<sup>70</sup>: a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade do Distrito Federal (UDF). Fávero apresenta a USP (1934) e a UDF (1935) como instituições com posições contrastantes em relação à maneira centralizadora imposta às universidades pela Reforma Campos, segundo a qual, as universidades surgem com o seguinte propósito:

Art. 2º : a) promover, pela pesquisa, o progresso da ciência; b) transmitir, pelo ensino, conhecimentos que enriqueçam ou desenvolvam o espírito ou sejam úteis à vida; c) formar especialistas em todos os ramos da cultura, bem como técnicos e profissionais em todas as profissões de base científica ou artística; d) realizar a obra social de vulgarização das ciências, das letras e artes por meio de cursos sintéticos, conferências e palestras, difusão pelo rádio, filmes científicos e congêneres<sup>71</sup>

---

<sup>67</sup> *Idem*, p. 23.

<sup>68</sup> ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil (1930/1973)*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1978, p.131.

<sup>69</sup> CAMPOS, 1931, p. 4 *apud* FÁVERO, 2006, p. 24.

<sup>70</sup> MENDONÇA, Ana Waleska P. C. A universidade no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*. Maio/ago 2000, nº.14., p. 139.

<sup>71</sup> BRASIL, 1934, *apud* FÁVERO, 2006, p.24.

Em relação à criação das universidades, Mendonça afirma que a USP, da mesma forma que as demais, foi criada a partir da junção de cursos. O fato que a diferenciava era a junção da Faculdade de Filosofia nesse grupo. Já em relação à UDF, era inovadora diferente das demais:

A sua estrutura é radicalmente diferente das universidades até então criadas no país e a própria denominação das escolas é indicativa da ruptura com o modelo de agregação de escolas profissionalizantes. São cinco as escolas que a constituem, a saber: as Escolas de Ciências, Educação, Economia e Direito, Filosofia e o Instituto de Artes. Todas elas se propõem a desenvolver de forma integrada o ensino, a pesquisa e a extensão universitária (entendida prioritariamente na perspectiva da divulgação científica) nas suas respectivas áreas de conhecimento<sup>72</sup>.

Outro aspecto de importância, no que tange às universidades do período, é em relação à autonomia concedida a elas. Fávero ressalta que a autonomia não era concedida às universidades devido ao caráter autoritário do regime governamental da época. Entretanto, “o presidente José Linhares sanciona o Decreto-Lei nº 8393, em 17/12/1945, que ‘concede autonomia administrativa, financeira, didática e disciplinar à UB, e dá outras providências’”.<sup>73</sup> Contudo, a autora também destaca que tal autonomia não chegou a ser implementada.

Tal inferência leva a reconhecer que, ontem como hoje, a autonomia outorgada às universidades não passa muitas vezes de uma ilusão, embora se apresente, por vezes, como um avanço<sup>74</sup>

A partir dos anos de 1950, com a crescente industrialização e desenvolvimento do país, juntamente às mudanças sociais, tanto no contexto econômico quanto cultural, há uma tomada de consciência, por parte de vários setores da sociedade, sobre a precariedade em que vivia a Universidade no Brasil.<sup>75</sup> Além disso, as exigências do mercado passam por uma transformação,

Isso porque, à medida que pessoas mais escolarizadas candidatavam-se aos empregos existentes, estes tinham seus requisitos de escolaridade mínima elevados, o que, por sua vez,

---

<sup>72</sup> MENDONÇA, 2000, p. 139.

<sup>73</sup> FÁVERO, 2006, p. 27.

<sup>74</sup> *Idem*, p.28.

<sup>75</sup> *Idem*, p.29.

levava os empregados de volta à escola em busca de diplomas de grau superior para fazerem frente à competição atual ou potencial com os jovens concorrentes<sup>76</sup>

A partir daí, há o surgimento de um movimento<sup>77</sup> que almeja a modernização do Ensino Superior no Brasil. O ápice desse desejo se dá com a criação da Universidade de Brasília, em 1961:

(...) a UnB surge não apenas como a mais moderna universidade do país naquele período, mas como um divisor de águas na história das instituições universitárias, quer por suas finalidades, quer por sua organização institucional, como o foram a USP e a UDF nos anos 30<sup>78</sup>.

Segundo Carlos Benedito Martins, a insatisfação por parte de docentes e estudantes com as estruturas da Universidade, antes da Reforma de 1968, fez com que, em algumas instituições, “alunos e professores realiza[ssem] ‘cursos paralelos’, expressando sua discordância com relação aos currículos existentes”<sup>79</sup>. Segundo o autor, a insatisfação também se fazia presente na questão da incapacidade do Ensino Superior Público em absorver os alunos aprovados no vestibular, tendo em vista que antes do vestibular classificatório – introduzido nas Universidades com a Reforma Universitária de 1968 – o processo seletivo para entrar na Universidade constituía-se também de uma prova, entretanto, não havia disposição prévia das vagas oferecidas: os alunos que obtivessem a nota mínima estabelecida eram considerados aprovados, porém, a demanda de estudantes aprovados era superior ao número de vagas ofertadas. “Em 1960, 29 mil estudantes não conseguiram vagas nas instituições para as quais tinham sido aprovados, número que aumentou para 162 mil em 1969<sup>80</sup>. A questão dos “excedentes” constituiu-se num constante foco de tensão social”<sup>81</sup>.

---

<sup>76</sup> CUNHA, Luiz Antonio. *A universidade reformanda: o golpe de 1964 e a modernização do Ensino Superior*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988, p. 87.

<sup>77</sup> Segundo Fávero, tal movimento “limitado inicialmente ao meio acadêmico, os debates e reivindicações [acerca da precariedade da universidade] deixam de ser obra exclusiva de professores e estudantes para incorporarem vozes em uma análise crítica e sistemática da universidade no país”. In: FAVERO, 2006, p.29.

<sup>78</sup> *Idem*.

<sup>79</sup> MARTINS, C. B. C.. A Reforma Universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado do Brasil. *Educação e Sociedade*, v. 30, 2009, p. 19.

<sup>80</sup> Segundo Martins, esse aumento deveu-se “às classes médias [que passaram a] encarar a educação superior como uma estratégia para a concretização de seu projeto de ascensão social”. In: *Idem*.

<sup>81</sup> *Idem*.

Ainda sobre essa questão, Martins apresenta que, “a pressão para a expansão do ensino superior estava relacionada à ampliação da taxa de matrícula do ensino médio (ver tabela 1), que cresceu 4,3 pontos entre 1947 e 1964.”<sup>82</sup>. O crescimento dos inscritos no vestibular seria a causa da ampliação, também, dos excedentes. Esse crescimento teria sido causado, segundo Carvalho, pela “metamorfose do capital brasileiro, que alter[ou] substancialmente os canais de ascensão social das camadas sociais médias”<sup>83</sup>, tendo em vista que, até a década de 50, a ascensão social não ocorria, necessariamente, por uma formação específica, tendo a Universidade menos utilidade para a sociedade que na década seguinte, na qual a formação educacional passa a integrar os requisitos para a ascensão do indivíduo, e o ensino médio se expandia, conforme pode ser observado na tabela 1:

**TABELA 1 - Matrículas no ensino médio brasileiro 1940 - 1970<sup>84</sup>**

Ano	Total	Crescimento	Índice
1940	260.202	-	100
1950	557.434	114,23%	214
1960	1.177.427	111,22%	453
1970	4.086.072	247,03%	1.570

Além desses descontentamentos, havia ainda a questão da escassez de recursos:

(...) quando o governo federal precisou de recursos para modernizar sua burocracia, subsidiar o setor privado e fazer investimentos que favorecessem a acumulação de capital, não hesitou em cortar as verbas das universidades e protelar a entrega de verbas constantes do orçamento<sup>85</sup>

<sup>82</sup> *Idem.*

<sup>83</sup> CARVALHO, Cristina H. Almeida. *Reforma Universitária e os mecanismos de incentivo à expansão do Ensino Superior Privado no Brasil 1964 – 1984*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Economia da UNICAMP, 2002, p. 40.

<sup>84</sup> ROMANELLI, 1978, p.77.

<sup>85</sup> CUNHA, 1988, p. 89.

Em relação à pressão pela expansão das universidades no país, Carvalho afirma:

A acentuada demanda efetiva pelo ensino superior foi conseqüência, por um lado, da percepção da classe média de que apenas pela via educacional seria possível deslocar os canais de ascensão social (mudança de uma classe para a outra) e ampliar e diversificar as expectativas de classificação e mobilidade social. Por outro lado, a crescente demanda de mão de obra por parte das empresas públicas e privadas e da burocracia estatal exigia a qualificação<sup>86</sup> e a adequação aos diversos níveis das hierarquias ocupacionais.

Somadas as insatisfações com a Universidade, o problema dos excedentes e a pretensão da classe média em ascender socialmente através do ensino superior, o governo sente-se pressionado a promover uma reforma no âmbito das universidades. Ressalta-se, porém, que não foi apenas pela pressão popular que a reforma universitária foi instituída pelo governo militar. O apoio civil a tal governo também era necessário. De acordo com Germano “[ainda que] pese a força das armas, o Estado Militar necessita de bases de legitimação, de adesão de uma parte dos intelectuais, das camadas médias e das massas populares”<sup>87</sup>. Portanto, o atendimento por parte do governo em promover a Reforma Universitária, vai ao encontro de questões que estavam sendo reivindicadas na sociedade civil, mas também leva em consideração a necessidade do apoio dessa sociedade ao governo.

## **2.2. Rumo à Reforma Universitária de 1968: os Relatórios**

Durante o período do Regime Militar brasileiro, algumas medidas oficiais foram tomadas em relação à Universidade, resultando em documentos com estudos e sugestões que deveriam ser incorporadas à reforma. Nesse contexto, encontram-se os acordos MEC/USAID<sup>88</sup> que se processam em:

(...) três linhas de atuação: assistência técnica; assistência financeira<sup>89</sup>, traduzida em recursos para financiamento de projetos e

---

<sup>86</sup> CARVALHO, 2002, p. 41.

<sup>87</sup> GERMANO, 1994, p. 102.

<sup>88</sup> Ministério da Educação/United States Agency for International Development.

<sup>89</sup> A esse respeito, Cunha aponta que “a assistência da USAID ao ensino superior brasileiro foi bastante criticada pelo montante de recursos a ele destinados e pela forma de aplicá-los. Os

compra de equipamentos nos EUA, além da assistência militar, concretizada pela vinda de consultores militares norte-americanos ao Brasil e do treinamento de militares brasileiros nos Estados Unidos, assim como do fornecimento de equipamentos militares<sup>90</sup>

Dentre estas medidas, também estão os relatórios: “Rumo à Reformulação Estrutural da Universidade Brasileira”, conhecido como Plano Atcon, de 1966, e o “Relatório Meira Mattos”, de 1968.

O Plano Atcon foi encomendado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), ao consultor norte-americano Rudolph Atcon<sup>91</sup> que, entre junho e setembro de 1965, visitou doze instituições e elaborou um relatório, dividido em quatro partes: Prolegômenos, As universidades visitadas, Conclusões e Recomendações. Algumas das propostas elaboradas no Plano Atcon foram incorporadas ao projeto da Reforma Universitária, como:

defesa dos princípios de autonomia e autoridade; dimensão técnica e administrativa do processo de reestruturação do ensino superior; ênfase nos princípios de eficiência e produtividade; necessidade de reformulação do regime de trabalho docente; criação de centro de estudos básicos. Entre as propostas e recomendações feitas por Atcon encontra-se a criação de um conselho de reitores das universidades brasileiras<sup>92</sup>.

Já o relatório Meira Mattos foi encomendado pelo Governo, com a intenção de vigiar e controlar os movimentos estudantis<sup>93</sup>. Presidido pelo General Meira Mattos, o relatório também apresenta sugestões que foram

---

três milhões de dólares anuais que a agência estava destinando ao ensino superior eram canalizados para contratos com universidades, sendo esporádicos e isolados uns dos outros, além de não estarem alinhados com as tendências gerais da educação no Brasil”. *In: CUNHA, 1988, p. 170.*

<sup>90</sup> FÁVERO, 2006, p.30.

<sup>91</sup> “Atcon chegou ao Brasil antes da década de 1960, em um período marcado pelos acordos entre o Governo brasileiro e a Agência Norte- Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID). Trabalhou com Anísio Teixeira na organização da CAPES e também como subdiretor do Programa Universitário, no período de 1953 a 1956. Sua esfera de atuação extrapolou o Brasil, assessorando a reforma de universidades em países da América Latina, América Central e do Caribe”. *In: FÁVERO, 1991, apud ARAUJO, C. B. Z. M. . Avaliação da educação superior no Brasil: os antecedentes históricos do SINAES. Avaliação (UNICAMP), v. 14, 2009, p. 387.*

<sup>92</sup> FÁVERO, 2006, p. 31.

<sup>93</sup> A esse respeito, Fávero aponta que: “(...)preocupado com a ‘subversão estudantil’, o Governo cria, por meio do Decreto nº 62.024, comissão especial, presidida pelo General Meira Mattos, com as finalidades de: ‘a) emitir pareceres conclusivos sobre reivindicações, teses e sugestões referentes às atividades estudantis; b) planejar e propor medidas que possibilitassem melhor aplicação das diretrizes governamentais no setor estudantil; c) supervisionar e coordenar a execução dessas diretrizes, mediante delegação do Ministro de Estado”. *In: Idem.*

incorporadas na Reforma de 68. O Relatório Meira Mattos e o produzido pelo consultor Atcon entrelaçaram idéias de modo que as propostas dos dois encontram-se na reforma. Abaixo, segue um quadro explicativo com as proposições e conseqüências dos dois relatórios.

**Quadro 1 – Proposições e conseqüências dos Relatórios Atcon e Meira Mattos**

<b>ATCON E MEIRA MATTOS</b>	<b>CONSEQUENCIAS</b>
<p>-estabelecem mecanismos utilizados pelo governo militar para legitimar e manter a própria hegemonia</p>	<p>- formação de uma universidade destinada a resolver em sua esfera, parte do desenvolvimento, mas tolhida na sua capacidade de autogerenciamento diante da conduta autoritária que provocou alguns paradoxos: valia a separação entre criação e execução,; não valia a perda do controle; valia o planejamento como fruto de racionalidade técnica e não política, não valia despojar-se da política do Estado ditador; valiam menos verbas para a Universidade mas não valia deixar de controlar, mesmo indiretamente a sua produção; na valia privatizar sem centralizar.</p>
<p>- preocupação com a cristalização dos valores da cidadania consciente e com a doutrina da segurança nacional presentes, para destacar a necessidade de controle dos órgãos estudantis e suas tendências político-partidárias e, estabelecer e garantir a vinculação das universidades ao MEC e ao Executivo.</p>	<p>- Decreto-lei 477 de fevereiro de 1969 ( com base no parágrafo 1º e no parágrafo 2º do Ato Institucional nº5, de 13 de dezembro de 1968), definindo as infrações disciplinares praticadas por professores, funcionários, alunos, empregados dos estabelecimentos públicos ou privados e estabelecendo as medidas a serem aplicadas.</p>
<p>- recomendam a implantação de uma estrutura empresarial que traga como resultado, rendimento e eficiência por meio de organização burocrática e baseada nas leis do</p>	<p>-organização da universidade em estrutura polarizada: distinção entre os órgãos que estabelecem a política universitária e os que a colocam em prática;</p> <p>- separação entre a equipe administrativa e os integrantes do corpo acadêmico – notadamente</p>

mercado.	professores e alunos.
<ul style="list-style-type: none"> <li>- concepção de educação modeladora, base indispensável ao desenvolvimento sócio-econômico matriz de integração e formação de lideranças necessárias;</li> <li>- ênfase na idéia de expansão das oportunidades de escolarização superior</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- criação do ciclo básico;</li> <li>- ocultação da idéia de reprodução de relações classe em cuja ótica a educação adquire caráter místico e ideológico, capaz de neutralizar tais relações;</li> <li>- expansão do ensino superior privado, instalação de cursos isolados, independente do atendimento das necessidades acadêmicas mínimas;</li> <li>- vestibular classificatório.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- apoio a privatização global do ensino e à extinção do ensino público gratuito vinculado aos interesses empresarias e da burguesia no campo educativo que, por apoiar o golpe de 64 esperava recompensa);</li> <li>- caráter pragmático da educação que deveria formar rápida e tecnicamente os profissionais para renovar a indústria, reorganizar o comércio, a prestação de serviços e os sistemas políticos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- escolarização universitária com cursos de curta duração;</li> <li>- instalação indiscriminada de cursos e instituições de ensino superior;</li> <li>- organização de currículos com evidente enfraquecimento das ciências humanas e sociais;</li> <li>- diferenciação quanto à formação profissional em relação às demandas;</li> <li>- sistema curricular por créditos;</li> <li>- alteração do calendário escolar em períodos trimestrais ou semestrais, criando mais de um período de matrículas por ano.</li> <li>- organização do vestibular em nível de complexidade ao ensino de 2º grau.</li> </ul>

Fonte: BOSCHETTI, 2007, p. 227-8.

Segundo Vânia Regina Boschetti,

Distinguindo as contribuições é possível sintetizar quanto a Atcon que, ele seguia pela racionalização das estruturas universitárias e de tudo que dizia respeito à produção acadêmica. Por sua vez, Meira Mattos direcionava suas sugestões no sentido de organizar dispositivos que permitissem intervir na universidade e estudar os movimentos estudantis de modo a identificar suas tendências, as linhas político-ideológicas que professavam e, a partir desse



conhecimento estabelecer as melhores formas de disciplinamento dentro da instituição<sup>94</sup>.

Entretanto, apesar de direcionamentos distintos, ambos os relatórios apresentam questões similares que foram incorporadas à Reforma de 68 como, por exemplo, preocupações com o controle de órgãos estudantis que culminaram no Decreto-lei 477 de 1969, cujo objetivo foi empregar tal controle no âmbito estudantil. Além disso, nota-se sugestões de ambos para a ampliação das oportunidades de nível superior, levando à expansão do ensino superior privado.

Em julho de 1968, outra comissão foi nomeada, o Grupo de Trabalho (GT), “encarregado de estudar a reforma da Universidade brasileira, constituído por representantes dos Ministérios da Educação e Planejamento, do Conselho Federal de Educação e do Congresso”<sup>95</sup>. Em relação a isso, José Carlos Rothen apresenta várias diferenças e semelhanças entre o GT da Reforma Universitária (GRTU) e o Relatório Meira Mattos. O autor aponta que o GTRU contou com a presença de membros do Conselho Federal de Educação enquanto que o mesmo não ocorreu na Comissão Meira Mattos. Além disso, ressalta que a estrutura do relatório do GTRU é mais organizada que o relatório Meira Mattos<sup>96</sup>.

[O GTRU]... contém, de longe, o melhor diagnóstico que o Governo já tentou, tanto dos problemas estruturais com que se defronta o ensino superior, quanto das soluções que eles exigem. Se a questão fosse de avanço ‘abstrato’ e ‘teórico’ ou verbal, os que participam dos movimentos pela reforma universitária poderiam estar contentes e ensarilhar suas armas. Entretanto, o avanço “abstrato” e “teórico” esgota-se [...] como se ele fosse uma verbalização de circuito fechado.<sup>97</sup>

Por fim, após três relatórios de análise, estudo e propostas para reformar a universidade brasileira, em 28 de novembro de 1968 é aprovada a Reforma Universitária, consubstanciada na lei 5.540/68.

---

<sup>94</sup> *Idem.*

<sup>95</sup> MENDONÇA, 2000 p. 147.

<sup>96</sup> ROTHEN, José Carlos. Os bastidores da reforma universitária. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 29, n. 103, maio/ago. 2008. O artigo de Rothen torna-se pertinente também por apresentar a tese de que o CFE teria contribuído, não de forma explícita, mas nos “bastidores da reforma universitária”, para a composição da mesma. O autor também questiona o porquê do CFE não ter sido dissolvido com a instauração do Regime Militar.

<sup>97</sup> FERNANDES, 1974, *apud* FÁVERO, 2006, p. 33.

### 2.3. A Reforma Universitária de 1968

A reforma universitária vinha sendo discutida desde início dos anos 1960. A União Nacional dos Estudantes (UNE) foi responsável por promover seminários que realizavam discussões a respeito das mudanças que deveriam ser incorporadas nas universidades. Segundo Fávero,

Nesses seminários são discutidas questões relevantes como: a) autonomia universitária; b) participação dos corpos docente e discente na administração universitária, através de critério de proporcionalidade representativa; c) adoção do regime de trabalho em tempo integral para docentes; d) ampliação da oferta de vagas nas escolas públicas; e) flexibilidade na organização de currículos<sup>98</sup>

Entretanto, após o Decreto n. 4.464/64 que extinguiu a UNE e o de n. 477/69<sup>99</sup> que “impôs severas punições aos estudantes, professores ou funcionários que desenvolvessem atividades consideradas hostis ao regime militar, com a criação, no interior do MEC, de uma Divisão de Segurança e Informação<sup>100</sup> para fiscalizar as atividades políticas de professores e estudantes nas instituições”<sup>101</sup>, a realização de seminários e discussões a respeito da Reforma tornou-se menos frequente .

Promulgada pela Lei nº 5.540/68, a Reforma Universitária se propunha a resolver problemas colocados pelo meio acadêmico e pelo setor civil da sociedade, como, por exemplo, os excedentes que obtinham nota no vestibular mas não conseguiam entrar para a Universidade. Entretanto, cabe destacar que as idéias de “modernização da Universidade” eram distintas para o setor civil, que a reivindicava, e para o Estado Militar, que a instituiu. Segundo Nádia G. Gonçalves, na concepção de Desenvolvimento da Doutrina, a educação contribuiria para o Desenvolvimento, tendo em vista que tornaria acessíveis à

---

<sup>98</sup> FÁVERO, M. L.A. Vinte e cinco anos de reforma universitária: um balanço. *In*: MOROSINI, M. C. (Org.) *Universidade no Mercosul*. São Paulo: Cortez, 1994, p. 150-151.

<sup>99</sup> Cabe ressaltar que esse Decreto foi uma forma de estender o Ato Institucional 5, baixado em 13 de dezembro de 1968, para dentro das universidades.

<sup>100</sup> Essa divisão de informações presentes dentro das Universidades respondia, diretamente, ao Sistema Nacional de Informação, o SNI.

<sup>101</sup> MARTINS, 2009, p. 18.

população, a cultura e o trabalho<sup>102</sup>. Ainda segundo a autora, “no manual da ESG, destaca-se ‘a importância fundamental da educação do homem como investimento mais produtivo para o desenvolvimento’”<sup>103</sup>. Portanto, a reformulação das estruturas da Universidade, propostas pela Reforma, sob a ótica do Estado estaria mais voltada para o desenvolvimento do país, o que contribuiria para a Segurança Nacional. Entretanto, a Reforma Universitária de 1968 não deixou de apresentar também questões que eram reivindicadas pelo setor civil da sociedade, desde os anos de 1960:

Aboliram-se as cátedras vitalícias, introduziu-se o regime departamental, institucionalizou-se a carreira acadêmica, a legislação pertinente acoplou o ingresso e a progressão docente à titulação acadêmica. Para atender a esse dispositivo, criou-se uma política nacional de pós-graduação, expressa nos planos nacionais de pós-graduação e conduzida de forma eficiente pelas agências de fomento do governo federal<sup>104</sup>

A respeito da instituição da pós-graduação<sup>105</sup> com a Reforma Universitária de 1968, esta foi “o principal fator responsável pela mudança efetiva da universidade brasileira, garantindo, por um lado, o desenvolvimento da pesquisa no âmbito da universidade e, por outro, a melhoria da qualificação dos docentes universitários”<sup>106</sup>

Em relação aos excedentes, instituiu-se o vestibular classificatório e unificado que tendeu a racionalizar as vagas disponíveis nas universidades, entretanto, o novo método era tão excludente quanto o anterior, tendo em vista que também não atendia a todos, mas apenas a uma pequena parcela da sociedade, ou seja, os excedentes continuaram a existir, o que houve foi uma disposição prévia das vagas oferecidas nos cursos, de modo que somente os alunos correspondentes ao número de vagas ofertadas, conseqüentemente os

---

<sup>102</sup> GONÇALVES, 2011, p.8.

<sup>103</sup> *Idem*, p.10.

<sup>104</sup> MARTINS, 2009, p. 16.

<sup>105</sup> Segundo Antonio Cunha, a pós-graduação foi criada para “formar pessoal de alta qualidade para as empresas públicas e privadas e para a burocracia governamental; e, finalmente, de estimular estudos e pesquisas que servissem ao desenvolvimento do país”. In: CUNHA, 1988, *apud* COSTA, Bianca Silva. *O Ensino Superior na Ditadura Militar brasileira um olhar através da “Revista MEC”*. Dissertação de mestrado em História. PUC – RS, 2009, p. 108.

<sup>106</sup> MENDONÇA, 2000, p.148.

que obtivessem maior nota no vestibular, teriam a chance de cursar o nível superior.

Entretanto, apesar de se propor a atender a reivindicações de estudantes, docentes e da sociedade, que almejavam vagas no Ensino Superior Público brasileiro e, de fato, ter atendido a algumas dessas reivindicações, há de se lembrar que a Reforma Universitária de 1968 vinha, desde os anos de 1960, sendo reclamada por uma sociedade civil, mas que, segundo Germano, foi posta em prática por ramificações do Estado – entre as quais instituições militares<sup>107</sup>.

---

<sup>107</sup> GERMANO, 1994, p.118.

### 3. Proposições da Escola Superior de Guerra, presentes na Reforma Universitária de 1968

A Escola Superior de Guerra brasileira surge em um contexto pós-guerra, no qual a segurança da Nação era vista como o principal elemento a se assegurar, de modo a garantir e a manter os Objetivos Nacionais. Nessa conjuntura, é formulada a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, que regeu os governos militares e legitimou muitas de suas ações. A própria intervenção militar no governo brasileiro, que pretendeu reestabelecer a ordem e estruturar o Estado, foi legitimada pela Doutrina:

A intervenção destas classes foi descrita, conduzida e percebida como uma “ação salvacionista” legitimada pela Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, disseminada em grande parte pela Escola Superior de Guerra. Uma vez que para um número expressivo de militares o governo deixava de proceder dentro da ordem constitucional, isso seria motivo suficiente para uma intervenção militar, a fim de restabelecer essa ordem (...).<sup>108</sup>

A Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento atuou no sentido de definir diretrizes para manter e garantir a segurança do país, além de enfatizar aspectos que elevariam seu desenvolvimento.

Suas dimensões estavam baseadas em um processo político-ideológico que compreendia uma ação direta do Estado contra o inimigo iminente a ser combatido; o comunismo, além da promoção do desenvolvimento econômico e do crescimento nacional, atendendo a uma Ideologia da classe burguesa.<sup>109</sup>

O conceito de Segurança Nacional também passa por transformações no contexto do regime militar: anteriormente, limitada pela Constituição de 1946 a proteger o país contra as ameaças externas, agora de acordo com a Constituição de 1967, passa também a visar o inimigo interno<sup>110</sup>, visto como elemento subversivo. Além disso, de modo a preservar os ideais da Doutrina frente às grandes manifestações contra o regime que estavam fazendo parte do contexto, o governo lança mão de aparelhos coercivos:

---

<sup>108</sup> DREIFUSS, 1981 *apud* DUARTE, Gerson Constância. *A reprodução ideológica do discurso político na educação: um entendimento através da fala de professores universitários no contexto do Governo Geisel, 1974-1979*. Dissertação de Mestrado em História Social das Relações Políticas – Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008 p. 61.

<sup>109</sup> *Idem*, p. 44.

<sup>110</sup> GERMANO, 1994, *apud* DUARTE, 2008, p. 49.

O governo, no uso de suas atribuições, e para defender as idéias de segurança e desenvolvimento contidas na Doutrina, passa então à edição de vários Atos Institucionais que vão desde o fechamento do Congresso Nacional, como forma de aprovar as leis necessárias para a manutenção do regime, até a edição de Atos Institucionais mais repressivos, como o de número 5, denominado de AI- 5, editado em abril de 1968, e que põe fim a quaisquer direitos sociais, civis e políticos.<sup>111</sup>

Em relação à economia, considerada pelo governo e pela Doutrina como fator fundamental do desenvolvimento nacional, Giannasi coloca que:

(...) os militares em questão, ativos aliados dos Estados Unidos com relação à Guerra Fria, desejavam a participação desenvolta e sem travas do capital norte-americano, política econômica que não somente garantiria o que entendiam ser o desenvolvimento nacional mais rápido mas também iria ser mais eficiente para consolidar a aliança política desejada.<sup>112</sup>

Tendo consolidado e atuado como disseminadora da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, a ESG aborda, em seu *Manual Básico*, vários instrumentos que viriam a contribuir para tais ideais.

### **3.1. O Manual Básico da ESG**

Já mencionada a importância da Escola Superior de Guerra como arcabouço teórico do Regime Militar brasileiro, se faz necessária a análise de seu Manual Básico, no qual estão contidos estudos e conceitos que, juntos, procuram fundamentar a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento. Segundo Alves:

Uma análise dos manuais da ESG, em especial o Manual Básico da Escola Superior de Guerra, é instrumento importante para compreendermos a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, dada sua relevância no treinamento profissional e ideológico tanto dos militares brasileiros de alta patente quanto de altos tecnocratas da burocracia de Estado. Uma tal análise é fundamental para a compreensão do desenvolvimento do Estado de Segurança Nacional e das reações dos detentores do poder aos desafios da oposição<sup>113</sup>

A Política Nacional, segundo a ESG:

(...) se desdobra em Política de Desenvolvimento e em Política de Segurança, admitindo, respectivamente, os seguintes conceitos:

---

<sup>111</sup> DUARTE, p. 49.

<sup>112</sup> GIANNASI, Carlos Alberto. *A doutrina de segurança nacional e o "milagre econômico"*. Tese de doutorado em História Econômica - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011, p.107.

<sup>113</sup> ALVES, p. 34

Política Nacional de Desenvolvimento, integrada na Política Nacional, é a arte de orientar o Poder Nacional no sentido de seu fortalecimento global, visando à conquista e à manutenção dos Objetivos Nacionais.

Política Nacional de Segurança, integrada na Política Nacional, é a arte de orientar o Poder Nacional, visando a garantir a conquista ou a manutenção dos Objetivos Nacionais.<sup>114</sup>

Os Objetivos Nacionais seriam aqueles essenciais à sociedade e que, em “determinada fase da evolução da comunidade, toda uma nação busca satisfazer”<sup>115</sup>. Nesse âmbito, existem ainda os Objetivos Nacionais Permanentes, que se traduzem no Bem Comum da nação, podendo ser compostos por dois elementos:

De um lado, a vida de uma nação consiste, sobretudo, em manter os valores tradicionais, quando objetivos de conservação, equilíbrio e ordem, contidos na expressão **Segurança**. Por outro lado, há que se atualizar, renovar e inovar valores, gerando objetivos de engrandecimento, aprimoramento e progresso da nação como um todo e de cada indivíduo, o que se contem na expressão **Desenvolvimento**.<sup>116</sup>

Tais elementos estariam intimamente interligados:

Há, entre eles, uma interdependência, uma inter-relação, uma interpenetração sempre presente, que se acentua ou diminui em relação a um ou a outro dos aspectos, de acordo com a natureza, a origem ou a índole dos óbices que se venham antepor à Política Nacional, na conquista e na manutenção dos Objetivos Nacionais.<sup>117</sup>

O Manual ainda apresenta a “Caracterização dos Objetivos Nacionais Permanentes Brasileiros”, que estariam divididos em: integridade territorial, integração nacional, democracia, progresso, paz social e soberania.<sup>118</sup> Para a compreensão de um tema como este, seria necessário uma “análise acurada das duas áreas: a história e a cultura, consolidadas em termos de síntese no levantamento do caráter nacional e da atuação das elites”<sup>119</sup>.

O Poder Nacional, através do qual a Política Nacional manteria seus objetivos, seria preparado e aplicado pela Estratégia Nacional<sup>120</sup>. Além disso,

---

<sup>114</sup> ESG, p. 83.

<sup>115</sup> *Idem*, p. 35.

<sup>116</sup> *Idem*, p. 35-6. Grifos no original.

<sup>117</sup> *Idem*, p. 87.

<sup>118</sup> *Idem*, p. 55-6.

<sup>119</sup> *Idem*, p. 43.

<sup>120</sup> *Idem*, p. 95.

estaria dividido em quatro expressões: política, econômica, militar e psicossocial<sup>121</sup>.

A Expressão Política do Poder Nacional, fundamentada em três conceitos – povo, território e instituições políticas<sup>122</sup> – divide-se em: poder executivo, legislativo, judiciário e partidos políticos<sup>123</sup>. A Expressão Econômica do Poder Nacional não deve ser considerada apenas no sentido da economia, mas em junção com as demais expressões, sendo que seus objetivos seriam:

- a – possibilitar a satisfação dos requisitos de bem-estar através do aumento da disponibilidade de bens e serviços;
- b – proporcionar igualdade de oportunidades à sociedade pela criação de empregos e justa distribuição de renda;
- c – promover o equilíbrio regional;
- d – permitir a expansão da fronteira econômica;
- e – assegurar liberdade de decisão e de iniciativa para a economia nacional.<sup>124</sup>

A Expressão Militar do Poder Nacional é composta pelo poder naval, militar terrestre e militar aeroespacial. Atua, basicamente:

- na área da Segurança Nacional;
- para reduzir ou anular pressões, no âmbito interno ou externo;
- através de ações correntes e de emergência que produzam efeitos predominantemente militares;
- visando à conquista ou manutenção dos Objetivos Nacionais<sup>125</sup>

A Expressão Psicossocial do Poder consiste na mais importante para o presente trabalho, tendo em vista que abarca a Educação. Segundo o Manual, ela diz respeito aos aspectos:

- em que a pessoa é instrumento e, como tal, portadora ou criadora de meios de Poder;
- em que a pessoa é finalidade, é a destinatária e a presumível beneficiária das realizações do Poder;
- que são próprios da sociedade que as pessoas compõem;
- em que as pessoas, ultrapassando os limites da individualidade, articulam-se com os grupos de que participam e neles desempenham papéis.<sup>126</sup>

---

<sup>121</sup> *Idem*, p. 70.

<sup>122</sup> *Idem*, p. 117.

<sup>123</sup> *Idem*, p. 125.

<sup>124</sup> *Idem*, p. 143.

<sup>125</sup> *Idem*, p. 212.



Apresenta como componentes a Moral Nacional, a Comunicação Social e a Opinião Pública<sup>127</sup>. Entre seus *fatores* que “qualificam a população, o meio ambiente e as instituições sociais, valorizando-os ou depreciando-os”<sup>128</sup> encontra-se a Educação, definida como “processo de assimilação e transmissão de conhecimentos e valores culturais do grupo social, que visa a levar o ser humano à realização de suas potencialidades”<sup>129</sup>. Juntamente com família, imprensa, sindicato, igreja e empresa, a escola está assim definida<sup>130</sup>:

(...) é aqui tomada como o lugar onde se realizam ensino e aprendizagem ou, genericamente, como um termo usado para designar as instituições de ensino. (...) Os sistemas escolares nacionais tendem a identificar-se de modo sempre crescente, com as necessidades vitais e as aspirações das sociedades que os instituem.<sup>131</sup>

A Segurança Nacional é um importante elemento dentro da Política Nacional e, segundo o Manual da ESG, “os motivos para que uma Nação não possa desfrutar de segurança podem ser de ordem material, cultural e moral”<sup>132</sup>. A relação que mantém com o Desenvolvimento é explicada da seguinte forma:

O entendimento de Segurança Nacional está sempre pressupondo um processo de desenvolvimento que permita ao cidadão realizar-se, e o processo do Desenvolvimento é sempre visualizado como exigindo um grau de Segurança para efetuar-se.<sup>133</sup>

Nesse contexto, a atuação para a garantia da Segurança Nacional se faz presente nas quatro expressões do Poder Nacional, exemplificadas no quadro abaixo:

**Quadro 1: Expressões do Poder Nacional**

Estratégia	Finalidade	Fatores para análise da conjuntura
Política	“criar e fortalecer laços de coesão interna e de cooperação externa, em benefício da	“ <i>fatores políticos</i> - no âmbito nacional – cultura política do povo, organização administrativa, estrutura política, dinâmica partidária, grupos

<sup>126</sup> *Idem*, p. 165-6.

<sup>127</sup> *Idem*, p. 176.

<sup>128</sup> *Idem*, p. 170.

<sup>129</sup> *Idem*, p. 170.

<sup>130</sup> Essa definição abrange, também, o Ensino Superior.

<sup>131</sup> *Idem*, p. 184.

<sup>132</sup> *Idem*, p. 231.

<sup>133</sup> *Idem*, p. 238.

	consecução e salvaguarda dos Objetivos Nacionais, ao mesmo passo que busca dissociar e enfraquecer a coesão e cooperação com que possam contar os antagonistas considerados” (p.157).	de pressão, etc; - no campo internacional – antagonismos e fricções, cooperação internacional, acordos e tratados, alianças e contra-alianças, organismos supranacionais, etc.” (p.253).
Econômica	“reforçar a estrutura econômica nacional e o seu rendimento, garantindo-lhe a complementação mediante recursos exteriores, ao mesmo passo que busca enfraquecer o sistema econômico dos antagonistas considerados” (p.157).	“ <i>fatores econômicos</i> - no âmbito nacional – recursos naturais, força de trabalho, finanças, equipamento de produção e circulação, estrutura econômica, etc; - no campo internacional – interdependência e rivalidades econômicas, circulação econômica internacional, potencial econômico de grupos antagônicos, organizações supranacionais e suas atividades, etc” (p.253).
Militar	“reforçar a estrutura militar da Nação e empregar suas Forças Armadas contra os antagonistas considerados, contrapondo-se às Forças Armadas destes e derrotando-as, se necessário” (p.157).	“ <i>fatores militares</i> - no âmbito nacional – estrutura militar, potencial militar, desdobramento territorial das forças, etc.; - no campo internacional – potencial militar de grupos antagônicos, etc.” (p.253).
Psicosocial	“fortalecer o moral da Nação e de seus aliados, quebrantando o dos antagonistas considerados” (p.157).	“ <i>fatores psicossociais</i> - no âmbito nacional – dados demográficos (volume e composição da população, distribuição espacial, etc.), educação, cultura e adestramento técnico, estrutura e dinâmica sociais, mentalidade nacional, moral do povo, ideologias e opinião pública, etc.; - no campo internacional – ideologias em conflito, caracterização psicológica e social de grupos antagônicos, potencial demográfico de outras nações, etc.” (p.253).

Fonte: SILVA, 1981 *apud* GONÇALVES, 2011, p. 5-6.

Ainda no âmbito da Segurança, o Manual estipula tipos de guerras contra as quais o país pode vir lutar, além de poder usá-las também. Como exemplo, cabe citar a Guerra Revolucionária, entendida como comunista e que:

fomenta a luta de classes. Busca impor a ideologia marxista e conquistar as mentes. Enfraquece o patrimônio social, solapando as instituições de coesão, como a família, a religião. Procura conquistar o povo, e estar sempre com o povo, e falar em nome do povo, e solidarizar-se com ele, para arrebatá-lo, assim, cada vez mais a influência e popularidade do governo<sup>134</sup>

E a Guerra Psicológica, que seria:

(...) o emprego planejado da propaganda e da exploração de outras ações, com o objetivo de influenciar opiniões, emoções, atitudes e comportamento de grupos adversos ou neutros, de modo a apoiar a consecução dos Objetivos Nacionais.<sup>135</sup>

A Guerra Psicológica, juntamente com a ação psicológica,

(...) que congrega um conjunto de recursos e técnicas para gerar emoções, atitudes, predisposições e comportamentos de indivíduos ou coletividades, favoráveis à obtenção de um resultado desejado<sup>136</sup>

Ambas, compõem as chamadas “operações psicológicas”, fundamentais no presente estudo, tendo em vista que a Educação está inserida no campo Psicossocial e, muitas vezes, as Universidades foram espaços em que ideias de oposição, questionamentos e resistência ao Regime foram debatidas e construídas. Consideradas, muitas vezes, possuidoras de elementos subversivos, as Universidades podiam então, serem alvos de tais operações, como será visto mais adiante.

As operações psicológicas:

(...) compreendem as ações políticas, militares, econômicas e psicossociais planejadas e conduzidas para criar um grupo – inimigo, hostil, neutro ou amigo – emoções, atitudes ou comportamentos favoráveis à consecução dos Objetivos Nacionais<sup>137</sup>

Desta forma, estes elementos podem ser identificados na propaganda, feita durante o Regime Militar, em campanhas com *slogans* nacionalistas como

---

<sup>134</sup> *Idem*, p. 302.

<sup>135</sup> *Idem*, p. 316.

<sup>136</sup> *Idem*.

<sup>137</sup> *Idem*.

“este é um país que vai pra frente” ou “Brasil: ame ou deixe-o” que, além da intenção de criar o sentimento de pertencimento ao país, ainda buscavam cooptar o consenso da sociedade para o Regime. “Conforme o público-alvo, um simples slogan pode ser suficiente – ‘Ninguém segura este país’<sup>138</sup> – ou pode ser necessário um planejamento mais sutil”<sup>139</sup>.

O objetivo desse estudo não é analisar todos os preceitos presentes no Manual Básico da ESG. Entretanto, compreende-se que os apresentados até o momento, constituem importantes elementos dentro da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, além de fornecer bases para a análise de sua relação com a Reforma Universitária de 1968, gestada e implantada num período em que a Doutrina regia a Política Nacional.

### **3.2. Doutrina, ESG e Reforma Universitária**

Ao longo dos capítulos apresentados até o momento, procurou-se expor o período da ditadura civil-militar brasileira, ressaltando a importância da Escola Superior de Guerra devido ao seu papel na formação de civis e militares. Nesse contexto, a atuação do Estado na área educacional é visualizada, no presente estudo, através da Reforma Universitária de 1968. Pretende-se então relacionar o pensamento desenvolvido no âmbito da ESG ao que está estabelecido no conteúdo da Lei 5.540/68, e outros documentos que abordem mudanças no Ensino Superior do período.

A Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, gestada no interior da ESG, tinha por finalidade a manutenção dos Objetivos Nacionais do país, além de compreender ação direta contra os inimigos do Estado, de modo a assegurar a Segurança Nacional. Nesse contexto, a educação, segundo Duarte:

(...)passa a ter um papel crucial, servindo ao poder, sendo capaz de reproduzir um discurso e de fomentar valores, crenças e mentalidades. Uma ideologia produzida com um fim planejado, o de sustentação de um regime de governo, de um novo imaginário,

---

<sup>138</sup> ESG, 1975, *apud* GONÇALVES, 2011, p. 5.

<sup>139</sup> GONÇALVES, 2011, p. 5.

construído pelo e para o Estado, que passa a ser o agente maior, capaz de arbitrar sobre tudo e sobre todos.<sup>140</sup>

Associada à ideia de Segurança Nacional, a atuação militar em todas as áreas era justificada pela intenção de garanti-la. A militarização na área de educação está condizente com esse princípio:

Tal militarização atinge a área da educação em diversos níveis: desde a ocupação de universidades e escolas. A nomeação de reitores militares, até a organização de seminários (como, por exemplo, o Seminário de Educação e Segurança Nacional, promovido conjuntamente em 1966 pela Escola de Comando e Estado Maior do Exército e a atual Universidade do Estado do Rio de Janeiro) e a participação em comissões e grupos de trabalho encarregados de analisar e propor sugestões para a reforma do sistema educacional brasileiro, como a comissão coordenada pelo general Meira Mattos<sup>141</sup>

Em relação à substituição de Reitores, a lei 5.540/68 estabelece:

Art. 48. O Conselho Federal de Educação, após inquérito administrativo, poderá suspender o funcionamento de qualquer estabelecimento isolado de ensino superior ou a autonomia de qualquer universidade, por motivo de infringência da legislação do ensino ou de preceito estatutário ou regimental, designando-se Diretor ou Reitor pro tempore.<sup>142</sup>

A substituição de reitores por membros da confiança do governo é indício de como as Universidades eram percebidas, sob a ótica governamental, como espaços em que havia a necessidade do controle, tendo em vista seu caráter formador de opinião. Nesse contexto, o Serviço Nacional de Informações tem função fundamental. Segundo a ESG, as informações produzidas pelo SNI “vão servir de suporte aos planejadores e executores da Política Nacional de desenvolvimento”<sup>143</sup> e, devido a Universidades sediarem constantes manifestações contrárias ao Regime, os relatórios elaborados pelo SNI acerca do movimento estudantil impressionam devido à quantidade de detalhes, conforme assinala Bastos<sup>144</sup>.

Ultimamente vem sendo observado nos meios universitários que os Diretórios Acadêmicos e Diretórios Centrais de Estudantes, embora legalmente constituídos, têm desenvolvido atividades que implicam em distorções das suas finalidades.

Em BELO HORIZONTE/MG, o Diretório Central dos Estudantes e os

---

<sup>140</sup> DUARTE, 2008, p.95.

<sup>141</sup> GERMANO, 1994, p. 112.

<sup>142</sup> BRASIL. Lei 5.540 de 28 de novembro de 1968. *Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências.*

<sup>143</sup> ESG, 1975, p. 433.

<sup>144</sup> BASTOS, Rodrigo dos Santos. *O papel do Serviço Nacional de Informações no Brasil do Regime Militar (1964-1985)*. Trabalho de Graduação (licenciatura em História). PUC-PR, 2011, p. 43

Diretórios Acadêmicos da Universidade Federal de MINAS GERAIS têm procurado difundir suas idéias através de publicações periódicas que editam ou de boletins impressos eventualmente. A tônica de tais impressos fixa-se em freqüentes incursões no terreno da contestação e da crítica, procurando formar um processo paulatino de influência no comportamento dos estudantes e, ao mesmo tempo, fazer uma experimentação da vigilância e da reação das autoridades educacionais e de segurança. As publicações trazem em seu bojo artigos violentos que atacam frontalmente a política de ensino do Governo, principalmente nas universidades;

[...]

- em 15 Mar, em PORTO ALEGRE, os estudantes das Faculdades de Filosofia e Ciências Humanas paralisaram as aulas, iniciando uma mini greve em protesto contra a dispensa de quatro professores da Universidade, pelo Reitor, alegando dificuldades financeiras da UFRGS, irritando 150 alunos que se viram prejudicados, interpretando estes fatos como as primeiras providências para adequar a Universidade ao corte de verbas feito pelo MEC;

- em 21 Mar, em CURITIBA, os estudantes pretendem distribuir um manifesto criticando as eleições indiretas e a Reforma Universitária.

[...]

Assim, verificam-se em várias unidades da Federação atos marcados por críticas, protestos e reivindicações em torno de assuntos relacionados com o ensino superior, num esforço de destacar os pontos sensíveis da política educacional do Governo.<sup>145</sup>

A minúcia apresentada nos relatórios assinala, além da já mencionada preocupação por parte do governo com as Universidades, a abrangência da atuação do SNI no país.

De acordo com os preceitos da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, haveria o interesse, por parte do governo, em se criar um sentimento nacionalista nos brasileiros e, segundo Gurgel, a educação deveria estar atenta para inspirar esse “amor à república”<sup>146</sup>. Nesse sentido, encontra-se a disciplina Estudo dos Problemas Brasileiros, implantada no Ensino Superior através do Decreto-Lei 869 de 12 de setembro de 1969<sup>147</sup>. A disciplina

---

<sup>145</sup> “Relatórios elaborados pelo Serviço Nacional de Informações com informações a respeito do “campo externo” e do “campo interno”, estes subdivididos em seis “campos”: político, subversão, psicossocial, econômico, administração pública, e militar”. Documento disponível em: FGV/CPDOC: <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Pasta/PastaPesquisaConsultar.aspx> (acesso em 27 de maio de 2012) sob os seguintes critérios de busca: Acervo: Ernesto Geisel, Classificação EG pr 1974.03.00/1 , Série: pr – Presidência. In: BASTOS, 2011, p. 43-4.

<sup>146</sup> GURGEL, p. 25

<sup>147</sup> O Decreto-Lei “dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências.” e “no sistema de ensino superior, inclusive pós-graduado, a Educação Moral e Cívica será realizada, como complemento, sob a forma de Estudos de Problemas Brasileiros, sem prejuízo de outras atividades culturais visando ao mesmo objetivo”. In: BRASIL. Decreto-Lei de 12 de setembro de 1969. *Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral*

tinha como finalidade, por exemplo:

Art. 2º (...) b) a preservação, o fortalecimento e a projeção dos valores espirituais e éticos da nacionalidade;

d) a culto à Pátria, aos seus símbolos, tradições, instituições e aos grandes vultos de sua história;<sup>148</sup>

Além disso, o Decreto dispõe sobre a criação da Comissão Nacional de Moral e Civismo (CNMC), “integrada por nove membros, nomeados pelo Presidente da República, por seis anos, dentre pessoas delicadas à causa da Educação Moral e Cívica”<sup>149</sup>. Dentre as finalidades da CNMC, estão:

d) influenciar e convocar a cooperação, para servir aos objetivos da Educação Moral e Cívica, das Instituições e dos órgãos formadores da opinião pública e de difusão cultural, inclusive jornais, revistas editôras, teatros, cinemas, estações de rádio e de televisão; das entidades esportivas e de recreação, das entidades de casses e dos órgãos profissionais; e das empresas gráficas e de publicidade;

e) assessorar o Ministro de Estado na aprovação dos livros didáticos, sob o ponto de vista de moral e civismo (...) <sup>150</sup>

Na Lei 5.540/68, apesar de anterior ao Decreto-lei de 1969, já encontram-se elementos a respeito da educação cívica. O artigo 40, estabelece alguns objetivos da Instituição de Ensino Superior para com o corpo discente:

c) estimularão as atividades de educação cívica e de desportos, mantendo, para o cumprimento desta norma, orientação adequada e instalações especiais;

d) estimularão as atividades que visem à formação cívica, considerada indispensável à criação de uma consciência de direitos e deveres do cidadão e do profissional<sup>151</sup>

Através da disciplina de Estudo dos Problemas Brasileiros, procurava-se disseminar a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento e, além disso, demonstrar aos possíveis indivíduos subversivos a preocupação do

---

*e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências.*

<sup>148</sup> BRASIL, 1969.

<sup>149</sup> BRASIL, 1969.

<sup>150</sup> BRASIL, 1969.

<sup>151</sup> BRASIL, 1968.

Governo em manter a Segurança Nacional e, com isso, estimular o desenvolvimento da nação. Ainda sobre esse assunto, Duarte ressalta que:

A criação das disciplinas de Educação Moral e Cívica (EMC), Organização social e Política do Brasil (OSPB) e Estudo dos Problemas Brasileiros (EPB), as primeiras compreendendo os anos de ensino primário e secundário e a terceira o Ensino superior foram disciplinas obrigatórias impostas pelo governo como forma de manipular e garantir a formulação da identidade nacional que vinha sendo proposta pela Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento para a manutenção do regime de forma consentida pela nação. Essas disciplinas eram responsáveis pela formação política dos cidadãos, atuando cada uma dentro de seu nível, promovendo um sentimento de brasilidade e na formação de uma nova identidade.<sup>152</sup>

A disciplina de Estudo dos Problemas Brasileiros<sup>153</sup> atua como uma representação, de acordo com o conceito estabelecido por Chartier, dos ideais da ditadura civil-militar dentro das Universidades, intencionando, além da legitimação do governo, a criação de sentimentos podendo, então, ser considerada, uma “operação psicológica”, a qual busca criar sentidos em um grupo que considera, muitas vezes, foco de disseminação de ideias subversivas.

A questão do desenvolvimento é bastante marcante no que se refere à Doutrina e a reforma educacional do ensino superior. Segundo Gonçalves, o Manual Básico apresenta o tópico “Força de Trabalho” e:

(...)nele pode ser identificado o viés da Teoria do Capital Humano, quando o Manual identifica três razões principais que explicam diferenciações quanto à mão de obra e ao crescimento econômico: condições físicas, socialização e educação, esta última sendo escolhida para maior detalhamento:<sup>154</sup>

“A acumulação do capital humano através da educação tem fundamentalmente dois efeitos:

- o aumento de produtividade do fator trabalho, que se reflete no mercado por aumento no salário real;
- o aumento de mobilidade do fator trabalho, que passa a explorar, de maneira mais efetiva, as diferenciações de produtividade setorial existente na economia. Corresponde, portanto, a aumento na capacidade de utilizar os fatores de produção de maneira mais eficiente. [...]

---

<sup>152</sup> DUARTE, p.99.

<sup>153</sup>A respeito dos professores que ministravam a disciplina, Duarte coloca que “tais profissionais serviam, desta forma, como agentes reprodutores das ideologias da classe burguesa junto à sociedade, reproduzindo seus ideais e contribuindo para a manutenção da ordem social”. *In*: DUARTE, 2008, p.92.

<sup>154</sup> GONÇALVES, 2011, p. 7.



Caracteriza-se, pois, a importância fundamental da educação do homem como “investimento” mais produtivo para o desenvolvimento. É através do preparo profissional técnico-científico que uma sociedade se coloca em condições de assimilar a tecnologia já criada e de aplicar e ampliar tecnologia mais desenvolvida”.<sup>155</sup>

Esse preparo profissional vai ao encontro das propostas do governo em desenvolver economicamente o país. Observa-se a tentativa de adequar a formação acadêmica as solicitações do mercado de trabalho.

Art. 23. Os cursos profissionais poderão, segundo a área abrangida, apresentar modalidades diferentes quanto ao número e à duração, a fim de corresponder às condições do mercado de trabalho.

§ 1º Serão organizados cursos profissionais de curta duração, destinados a proporcionar habilitações intermediárias de grau superior.

§ 2º Os estatutos e regimentos disciplinarão o aproveitamento dos estudos dos ciclos básicos e profissionais, inclusive os de curta duração, entre si e em outros cursos<sup>156</sup>

A pretensão de adequar a formação acadêmica ao mercado de trabalho está bastante enfatizada no relatório do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária (GRTU)<sup>157</sup>, que serviu de base a Reforma Universitária e contém a maior parte de suas propostas. A respeito do vestibular por curso, por exemplo, o relatório apresenta que:

(...) responde por muitas das distorções de hoje: exige do aluno uma opção abrupta quanto à carreira a seguir, impossibilita a escola de orientá-lo para setores mais ajustados às suas aptidões e às características do mercado de trabalho e torna, destarte, impraticável qualquer disciplina no sentido de uma política nacional de formação de recursos humanos.<sup>158</sup>

Como solução, o relatório propõe a unificação do vestibular, o que foi incorporado pela Reforma Universitária. Outra proposta do Grupo de Trabalho foi “a fixação de currículos, em níveis nacional e regional, que se ajustem às condições locais e às flutuações do mercado de trabalho”<sup>159</sup>

---

<sup>155</sup> ESG, 1975, *apud* GONÇALVES, 2011, p.7.

<sup>156</sup> BRASIL, 1968.

<sup>157</sup> Instituído pelo Decreto n.º 62.937, de 2 de julho de 1968.

<sup>158</sup> RELATÓRIO do Grupo de Trabalho criado pelo Decreto nº 62.937, 1968, p. 30. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002285.pdf> (acesso em 20 de junho de 2012)

<sup>159</sup> *Idem*, p. 32.

Evidencia-se então que a concepção de uma educação voltada para o mercado de trabalho esteve presente nas bases da formulação da Reforma Universitária. Ainda sobre essa questão, encontram-se os cursos de extensão enquanto atividade destinada à integração dos estudantes ao processo de desenvolvimento do país, porém, sem contestar o Regime. Para Germano, essa medida visava o contato mais direto do estudante com o desenvolvimento do país, tendo em vista que a participação política estudantil estava proibida, além da proibição de mobilizações estudantis e repressão a UNE <sup>160</sup>. Para o autor,

Ocorria, aqui, uma espécie de “transformismo”, em que o Estado procurava cooptar as lideranças estudantis e o conjunto dos estudantes, uma vez que se tratava de programas diretamente controlados por autoridades governamentais e mesmo pelas Forças Armadas, conforme se verifica com o “Projeto Rondon” iniciado em 1967. Além do Projeto Rondon, várias outras instituições, atividades e programas de extensão foram criados. Entre outros, vale a pena lembrar: o Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária (Crutac), criado em 1966 pela UFRN e que depois se expandia para várias outras universidades (...)<sup>161</sup>

Ainda no que diz respeito à formação voltada ao mercado de trabalho, encontra-se a Lei 464/69 que:

(...) estabelece normas complementares à Lei 5.540, visando adequa-la ao AI-5. Em seu Artigo 2º explicita claramente que “será negada autorização para funcionamento de universidade (...) ou estabelecimento isolado de ensino superior quando (...) não corresponda à exigência do mercado de trabalho, em confronto com as necessidades do desenvolvimento nacional ou regional”. Apesar disso, abria uma exceção ao ficar que a “disposição deste artigo” não se aplica nos casos em que “a iniciativa apresente um alto padrão”.<sup>162</sup>

Ou seja, se anteriormente a adequação ao mercado de trabalho era feita através de elementos como introdução do vestibular classificatório ou fixação de currículos regionais, com a Lei 464 de 1969, passa a ter o apoio legislativo para tal objetivo.

Tendo em vista essa nova configuração do campo educacional superior e o contexto de controle no qual estava inserido, entende-se que a universidade deixa de comportar seu papel de local formador de opinião e

---

<sup>160</sup> GERMANO, p.136

<sup>161</sup> *Idem.*

<sup>162</sup> *Idem*, p. 140.

passa ao de formador de mão-de-obra. Segundo Germano, a reforma “tentou inviabilizar, a todo custo, um projeto de universidade crítica e democrática ao reprimir e despolitizar o espaço acadêmico”<sup>163</sup>. A esse respeito, Duarte afirma que

(...) o ensino superior mais despolitizado, transformava os futuros professores apenas em técnicos da educação. A educação tecnicista vai demonstrando seu caráter voltado para sustentar e ampliar o modelo de produção capitalista, ofertando mão-de-obra para o mercado de trabalho quando possibilitou que pesquisadores se tornassem técnicos sociais, e professores em profissionais voltados para a reprodução de técnicas educacionais.<sup>164</sup>

A consequência de transformar a universidade em um espaço despolitizado e, portanto, não suscetível a focos de manifestações contra o regime em vigor vão ao encontro da política do Estado de Segurança Nacional, na qual a repressão está legitimada na Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, tendo em vista que a segurança do país depende, necessariamente, do desenvolvimento dele – e para tanto, é necessário mão-de-obra qualificada – , além de justificada repressão a manifestações consideradas subversivas e ameaçadoras ao poder e ao bem-estar nacional.

Compreende-se, portanto, que o âmbito educacional foi alvo de especial atenção durante a ditadura civil-militar e encontra-se presente nas “(...)diretrizes Doutrinárias da ESG, mas não como as [Educação e escola] responsáveis principais pelo fomento do Desenvolvimento”<sup>165</sup>. Entretanto, observa-se que as medidas educacionais do período foram voltadas aos preceitos da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, buscando a formação de mão-de-obra na intenção de impulsionar o crescimento econômico e o desenvolvimento do país, além da clara tentativa da despolitização das universidades, retirando seu papel de espaço de discussões e formador de opiniões – elementos esses contidos na Lei 5.540/68.

---

<sup>163</sup> GERMANO, 1994, p. 123.

<sup>164</sup> DUARTE, 2008, p. 90.

<sup>165</sup> GONÇALVES, 2011, p. 12.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ditadura civil-militar, foi um período de grandes manifestações e mudanças, tanto no âmbito político quanto social e econômico. A Escola Superior de Guerra insere-se nesse contexto e sua importância deriva do seu papel fundamental na elaboração da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, que regeu o governo durante esses anos.

Como importante medida educacional do período está a Lei 5.540 de 28 de novembro de 1968, a Reforma Universitária, reivindicada desde o início da década de 1960. As reivindicações partiam tanto dos indivíduos diretamente envolvidos com a Instituição, como alunos, professores e funcionários que requisitavam melhorias dentro da Universidade, quanto do setor civil que, devido às transformações no modelo econômico e, conseqüentemente, nas possibilidades de ascensão social<sup>166</sup> pela qual passou a sociedade brasileira nas últimas décadas, queria garantir sua vaga na Universidade.

Apesar de reivindicada por setores civis, a Reforma foi gestada e colocada em prática pelo Estado Militar, que buscava também legitimar seu poder e obter o apoio da população, pois, conforme assinalou Gonçalves, os militares “sozinhos não teriam feito e mantido a ditadura no Brasil por duas décadas”<sup>167</sup>. Nesse sentido, o presente trabalho optou por adotar o termo ditadura civil-militar, levando em consideração a participação e, muitas vezes, o apoio da sociedade civil ao Regime Militar – não sendo foco de discussão aqui, das formas e mecanismos de como esta participação ocorreu.

O objetivo da pesquisa foi identificar proposições da ESG, entendendo esta como pólo teorizador da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento e, mais que isso, como importante elemento na formação do pensamento dos governantes brasileiros do período, dentro da Reforma Universitária de 1968, compreendendo-a como uma representação, dos

---

<sup>166</sup> A partir da década de 1950, com a crescente industrialização do país e as transformações do mercado de trabalho que, exigiam cada vez mais escolarização de seus candidatos, a Universidade passa a ser vista como elemento para a ascensão social e econômica do indivíduo.

<sup>167</sup> GONÇALVES, 2011, p. 1.

militares dirigentes do país, em relação ao papel da educação no contexto da Doutrina.

As questões que mais se destacaram foram a tentativa de adequação do ensino ao mercado de trabalho e o controle das universidades. Tanto na Lei da Reforma Universitária quanto no Relatório do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária e no Manual Básico da ESG foram apontados elementos que direcionavam o ensino ao mercado de trabalho,<sup>168</sup> o que levou a uma expansão do Ensino Superior privado. A relação educação-mercado de trabalho está consubstanciada em várias medidas, trazidas pela Reforma Universitária, tais como o vestibular classificatório, a criação do ciclo básico e a autorização para cursos profissionais de curta duração. Além disso, um dos principais objetivos da Doutrina era garantir o desenvolvimento do país, principalmente econômico. Nesse sentido, a educação é elemento indispensável ao planejamento nacional.

A respeito do controle das Universidades, bastante enfatizado pelo Manual Básico da ESG, a Lei 5.540/68 apresenta poucos elementos. Decretos posteriores demonstram mais essa intenção, tendo em vista também a promulgação em 13 de dezembro de 1968 do Ato Institucional nº5, possivelmente a normativa mais repressiva do Regime Militar.

Por fim, conclui-se que a educação foi um importante elemento no planejamento nacional, no período da ditadura civil-militar, e foi representada, no âmbito do ensino superior, pela Reforma Universitária de 1968, identificando-se na Lei que a determinou elementos centrais da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, fomentada e divulgada pela ESG.

---

<sup>168</sup> Juntamente com a insuficiência do Ensino Público em atender todos os indivíduos que tentavam vaga no Ensino Superior.

## **FONTES**

BRASIL. Decreto-lei 477 de 26 de fevereiro de 1969. *Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências.*

BRASIL. Lei 785, de 20 de agosto de 1949. *Cria a Escola Superior de Guerra e dá outras providências.*

BRASIL. Lei 5.540 de 28 de novembro de 1968. *Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências.*

BRASIL. Decreto-Lei de 12 de setembro de 1969. *Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências.*

ESG. DEPARTAMENTO DE ESTUDOS. *Manual básico – MB - 75.* Rio de Janeiro: ESG, 1975

RELATÓRIO do Grupo de Trabalho criado pelo Decreto nº 62.937, 1968, p. 30. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002285.pdf> (acesso em 20 de junho de 2012)

## **REFERÊNCIAS**

ALVES, Maria H.M. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1984

ARAÚJO, C. B. Z. M.. Avaliação da educação superior no Brasil: os antecedentes históricos do SINAES. *Avaliação (UNICAMP)*, v. 14, 2009.

BASTOS, Rodrigo dos Santos. *O papel do Serviço Nacional de Informações no Brasil do Regime Militar (1964-1985)*. Trabalho de Graduação (licenciatura em História). PUC-PR, 2011.

BOSCHETTI, Vânia R. Plano Atcon e comissão Meira Mattos: construção do ideário da universidade pós-64. *Revista HISTERDBR On-line*, Campinas, n. 27, p. 221-229, set. 2007

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Revista das revistas. Estudos Avançados*, vol. 5, nº11. São Paulo, 1991, p.183. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ea/v5n11/v5n11a10.pdf> (acesso em 30 de maio de 2012)

CORDEIRO, Janaína Martins. Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici. *Estudos Históricos*, v. 22, nº 43, p. 85-104, 2009.

COSTA, Bianca Silva. *O Ensino Superior na Ditadura Militar brasileira um olhar através da "Revista MEC"*. Dissertação de mestrado em História. PUC – RS, 2009

CUNHA, Luiz Antonio. *A universidade reformanda: o golpe de 1964 e a modernização do Ensino Superior*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988

DO VALLE, Maria Ribeiro. *1968 O diálogo é a violência: Movimento estudantil e Ditadura Militar*. São Paulo: Unicamp, 2008.

DUARTE, Gerson Constância. *A reprodução ideológica do discurso político na educação: um entendimento através da fala de professores universitários no contexto do Governo Geisel, 1974-1979*. Dissertação de Mestrado em História Social das Relações Políticas – Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

FAUSTO, Bóris. *História Concisa do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2006.

FÁVERO, M. L.A. Vinte e cinco anos de reforma universitária: um balanço. *In: MOROSINI, M. C. (Org.) Universidade no Mercosul*. São Paulo: Cortez, 1994.

FÁVERO, Maria L. A. A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. *Educar em Revista*, Curitiba, n.28, jul/dez.2006.

FERRAZ, Francisco C. A. . *À Sombra dos Carvalhos: Escola Superior de Guerra e Política (1948/1955)*. 1. ed. Londrina: Editora da UEL, 1999

FICO, Carlos. "Prezada Censura": *Cartas ao Regime Militar*, 2002, p.3. Disponível em: [http://www.ifcs.ufrj.br/~ppghis/pdf/fico\\_prezada\\_censura.pdf](http://www.ifcs.ufrj.br/~ppghis/pdf/fico_prezada_censura.pdf) (acesso em 20 de junho de 2012)

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*, vol.24, no.47, 2004.

GERMANO, José Willington. *Estado Militar e Educação no Brasil (1964 – 1985)*. São Paulo: Cortez, 1994.

GIANNASI, Carlos Alberto. *A doutrina de segurança nacional e o "milagre econômico"*. Tese de doutorado em História Econômica - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

GONÇALVES, N. G. A Escola Superior de Guerra e a Lei 5692/71: educação e a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento. In: *VI Congresso Brasileiro de História da Educação, 2011, Vitória - ES. Anais do VI Congresso Brasileiro de História da Educação*. Vitória - ES : UFES, 2011. v. 1. p. 1-15. Disponível em [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300650153\\_ARQUIVO\\_textoanpuh2011ngg.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300650153_ARQUIVO_textoanpuh2011ngg.pdf) (acesso em 25 de junho de 2012)

GURGEL, José Alfredo Amaral. *Segurança e Democracia*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1975.

Martins, C. B. C.. A Reforma Universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado do Brasil. *Educação e Sociedade*, vol. 30 nº106, 2009, pp. 15-35. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v30n106/v30n106a02.pdf> (acesso em 25 de junho de 2012)

MENDONÇA, Ana Waleska P. C. A universidade no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, nº14, maio/ago 2000, pp. 131-150.



ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil (1930/1973)*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1978.

ROTHEN, José Carlos. Os bastidores da reforma universitária de 1968. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 29, nº 103, p. 453-475, maio/agosto 2008

SILVA, Márcia Pereira, VIEIRA, Fábio Antunes. 1964: Exército e Desenvolvimento Nacional. *Revista Desenvolvimento Social. Montes Claros*, v.1, n.1, jan/jun 2008. In: [http://www.ccsa.unimontes.br/ppgds/images/stories/revista\\_1/artigo\\_03.pdf](http://www.ccsa.unimontes.br/ppgds/images/stories/revista_1/artigo_03.pdf) (acesso em 20 de junho de 2012).

VENTURA, Zuenir. *1968: o ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.